

A CONSTRUÇÃO DE ARTIGO DE OPINIÃO EM PRÁTICAS DE MULTILETRAMENTO: UM PROTÓTIPO PARA TURMAS DE 2º ANO DO ENSINO MÉDIO

The construction of opinion articles in multiliterate practices: a prototype for second grade high school classes

Barbara de Almeida Mayer¹

Orientadora Prof^a Dr^a Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento²

RESUMO

A multiculturalidade de uma sociedade globalizada e a multimodalidade dos textos através dos quais essas comunidades se comunicam geram novas demandas para a escola do ponto de vista da construção de currículos e da proposição de materiais didáticos. Diante disso, considerando-se a necessidade da aprendizagem da argumentação no Ensino Médio, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o ensino de usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em práticas discursivas que ampliem os multiletramentos e a capacidade argumentativa de estudantes do Ensino Médio. Para tanto, desenvolvemos a revisão analítica e crítica de estudos nessas áreas, recorrendo aos autores: Rojo (2013; 2017a; 2017b; 2020), Cazden et. al. (2021), Nascimento (2015a; 2015b), Fiorin (2022), Anjos (2019), Bakhtin (2016), Brakling (2000), Boff, Koch e Marinello (2009). A partir disso, propusemos um protótipo didático visando a um trabalho, em aulas de língua portuguesa, em turmas de 2º ano do Ensino Médio, que contribua para que os estudantes desenvolvam competências demandadas em práticas de multiletramentos de natureza predominantemente argumentativa, em especial na construção do gênero artigo de opinião.

Palavras-chave: Argumentação; Multiletramento; Protótipo Didático.

ABSTRACT

The multiculturalism of a globalized society and the multimodality of the texts through which they communicate, generate new demands for the school, regarding the constructions of school's curriculum and the creation of teaching materials. Therefore, given the necessity of learning about argumentation in high school, this research aims to reflect on the teaching of language uses and the operative way in which language functions in discursive practices that broaden the multiliteracy and the argumentative capacity of high school students. For this effect, we developed a critical and analytic review on the theoretical studies on related areas, consulting the authors: Rojo (2013; 2017a; 2017b; 2020), Cazden et. al. (2021), Nascimento (2015a; 2015b), Fiorin (2022), Anjos (2019), Bakhtin (2016), Brakling (2000), Boff, Koch e Marinello (2009). Based on that, we proposed a didactic prototype targeting to develop, on second grade high school students, competences related to argumentative multiliterate practices, focusing on the construction of the genre opinion article.

Keywords: Argumentation; Multiliteracy; Didactic prototype.

¹ Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

² Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

1. Introdução

Partindo do pressuposto de que o ensino de língua/linguagem deve ser apoiado na inserção dos educandos em situações reais de comunicação, entende-se que, especialmente na atualidade, em decorrência da emergência e consolidação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), esse ensino partirá, necessariamente, de práticas que envolvam as diferentes formas de produzir e interagir socialmente por intermédio de textos que surgem e cujo uso se expande a partir dessas tecnologias. Isso porque essas peças textuais passam a ser cada vez mais constituídas de uma multiplicidade de semioses e de mídias que operam simultaneamente na construção dos sentidos que veiculam, além de dialogarem com as múltiplas culturas que coexistem nas sociedades globalizadas nas quais circulam.

Diante dessas características, são exigidas, dos envolvidos nessa comunicação, habilidades específicas de leitura e escrita desses textos que articulam múltiplas linguagens e, por isso, são multimodais, bem como é requerida a incorporação, nos currículos, da multiplicidade de modos culturais de fazer e ser que são característicos do mundo globalizado. Assim, o atendimento a essas demandas caracteriza o que na atualidade é denominado multiletramentos (Cazden *et al*, 2021[1996]; Rojo, 2020 [2012]).

Para tanto, a escola precisa pensar em uma nova pedagogia, em novos métodos de ensino-aprendizagem que, integrando as TDIC, preparem os alunos para as práticas languageiras contemporâneas. Nesse sentido, faz-se necessário o estudo e o desenvolvimento de materiais didáticos digitais que sirvam às práticas docentes nessa contemporaneidade, propiciando uma aprendizagem interativa, multiletrada e multicultural (Cazden *et al*, 2021). Dentre as possibilidades de materiais de que dispomos, destaca-se o protótipo didático, um material digital e interativo que permite a navegação e é desenvolvido de modo a possibilitar que a proposta didática que apresenta seja adaptável e que a aprendizagem seja construída na colaboração aluno-aluno e professor-aluno (Rojo, 2017; 2013).

Nos documentos que norteiam o ensino, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a importância de incluir, nas aulas de língua portuguesa, as TDIC nas metodologias de ensino e, também, de contemplar as práticas

linguísticas que se dão a partir delas é pautada desde os primeiros anos da escolaridade até o ensino médio, momento no qual devem ser consolidadas e ampliadas as habilidades de reflexão e do uso das linguagens (Brasil, 2018). Essa ampliação das habilidades linguísticas dos educandos tem como objetivo, ainda segundo o que apresentam as orientações oficiais, possibilitar que os estudantes se engajem de maneira efetiva nas diversas esferas da vivência social das quais participam, sejam elas relacionadas à cultura, ao mundo do trabalho ou ao exercício da cidadania.

Qualquer um desses contextos terá em comum a exigência de uma prática discursiva alicerçada, essencialmente, na argumentação, atividade inerente às interações sociais cotidianas. Dessa forma, considerando a escola como agência de letramento por excelência, é preciso, também, que haja um trabalho que contribua para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à produção e à análise dos diversos gêneros discursivos nos quais o discurso argumentativo se expressa, de modo a levar os estudantes a serem cidadãos capazes de defender e identificar os diversos pontos de vista presentes nos embates sociais (Nascimento, 2015b).

Além da relevância da capacidade argumentativa para a interação nas diversas esferas da sociedade, o fato de que ela é uma habilidade requerida, através do texto dissertativo-argumentativo, por provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal porta de ingresso no Ensino Superior, em especial na esfera pública, eleva a importância de desenvolvê-la e aprimorá-la, principalmente durante os anos finais da escolaridade básica. Para atender essa necessidade, porém, não é produtivo recorrer única e exclusivamente à (re)produção de modelos estanques de redações que atingiram nota máxima nas avaliações ou mesmo à escrita desse gênero discursivo, apenas.

Visando diversificar o contato dos alunos com os gêneros predominantemente argumentativos, o presente trabalho centrará sua atenção no artigo de opinião, gênero da esfera jornalística no qual o autor assume uma posição sobre um assunto atual e polêmico, trazido à tona a partir de um fato ocorrido ou objeto observado. Em função dessa característica, esse gênero permite que sejam levantadas em sala de aula temáticas de relevância social, de maneira a ampliar e construir o repertório e a visão de mundo dos alunos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e éticos.

Vale destacar, ainda, que o desenvolvimento das habilidades de argumentação dos estudantes deve passar também, e sobretudo, pelo estudo desse recurso a partir da leitura e da interação com textos de gêneros e esferas sociais diversas, que contemplem não só os letramentos tradicionalmente acolhidos pela escola, mas também os multiletramentos, tão presentes nas práticas linguísticas atuais. Isso porque, a partir dessa articulação, é possível desenvolver, além da capacidade de argumentar, as habilidades de leitura e construção de sentidos a partir das diversas semioses que constituem os textos multimodais.

Assim, diante dessas duas demandas — i.e., a demanda de desenvolver a competência argumentativa e os multiletramentos —, essa pesquisa propõe a construção de um protótipo de ensino (ou protótipos didáticos) que se coloca como um recurso digital, interativo e colaborativo para ampliar os multiletramentos e desenvolver as habilidades argumentativas dos estudantes. Além disso, centraliza-se a temática da violência de gênero na política, colocada em evidência, especialmente, nos últimos processos eleitorais brasileiros, como forma de promover um ensino de língua articulado com temáticas de relevância social e engajado na formação de cidadãos participativos e críticos dos eventos que acontecem na sociedade e das informações às quais têm acesso.

Logo, o objetivo geral deste artigo é refletir sobre o ensino de usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em práticas discursivas que ampliem os multiletramentos e a capacidade argumentativa de estudantes do Ensino Médio. Para isso, busca-se (1) analisar usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em artigos de opinião que demandam práticas de multiletramentos; (2) desenvolver formas de ampliação de competências argumentativas dos estudantes em práticas de linguagem que constituem a sociedade contemporânea na esfera jornalística; (3) investigar estratégias de ensino de língua portuguesa, recorrendo a textos multimodais da cultura midiática para construir um artigo de opinião.

Este artigo está organizado da seguinte forma: além da primeira seção de introdução, nas seções seguintes, apresentamos a fundamentação teórica da pesquisa, com as discussões acerca dos conceitos centrais que dão subsídio o desenvolvimento do tema escolhido e a construção do Protótipo, os quais são: a argumentação e seu ensino por meio do artigo de opinião e as alternativas

didáticas para um trabalho multiletrado; na terceira seção, discorremos sobre os procedimentos metodológicos realizados; na quarta apresentamos o protótipo construído e, na quinta, por fim, serão tecidas as considerações finais.

2. Argumentação em foco: panorama histórico dos estudos argumentativos

A necessidade de persuadir os outros através da palavra é uma demanda da vida em comunidade, especialmente quando as sociedades começam a se organizar politicamente de forma democrática. Em razão disso, a argumentação é uma habilidade que está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento das práticas sociais de linguagem, tendo em vista que todo uso linguístico se dá dentro de uma dimensão persuasiva e, portanto, argumentativa.

Em função de sua estrutura política propícia — visto que se organizavam de forma democrática e esse regime se constrói, necessariamente, por meio do debate —, o estudo mais sistemático desse fenômeno linguístico se dá a partir dos gregos, que, nos séculos V e IV a. C., passam a estudar e desenvolver o ensino de técnicas retóricas através de tratados que visavam instrumentalizar os cidadãos para defender causas na Justiça. Dessa forma, a Retórica era tida como “a arte do discurso persuasivo” e seu domínio e o conseqüente domínio da oratória eram capacidades essenciais para a vida na pólis e para o exercício da cidadania (Nascimento, 2015a).

O desenvolvimento e aprimoramento das técnicas oratórias ficou a cargo dos filósofos gregos — dentre os quais destaca-se Aristóteles e sua produção acerca da argumentação baseada na lógica formal e na formação de silogismos —, que elaboravam técnicas voltadas para a produção de um discurso com argumentos lógicos e belos, de tal maneira que convenceria o auditório ao qual se dirigia. A preocupação inicial, portanto, era menos a veracidade e mais a possibilidade de persuasão, ou seja, a capacidade de um discurso de convencer o interlocutor da sua validade era mais importante do que, necessariamente, chegar a uma verdade, sobretudo porque, na perspectiva dos sofistas à época, a verdade absoluta e única não seria alcançável (Nascimento, 2015a).

A Retórica Clássica, então, visava à busca por uma maneira eficaz de persuadir e de agir sobre o outro, sendo um campo de estudo muito relevante

até o início do século XIX. Após esse período, entre os séculos XIX e XX, em função das mudanças na ciência decorrentes da perspectiva positivista, a Retórica Clássica entrou em decadência. Isso aconteceu porque o saber positivo tinha valores opostos ao saber formal, ao qual a retórica se filiava. Enquanto o primeiro partia de uma perspectiva da divisão especializada dos conhecimentos, a retórica se propunha a ser uma síntese dos saberes. Além disso, a retórica estava associada a uma forma de educação jesuítica que, como consequência da laicidade do estado que o positivismo prezava, sofreu um rebaixamento em seu prestígio e passou a ser considerada um saber ultrapassado.

Em paralelo ao descrédito dos estudos retóricos, os estudos da argumentação também passaram a ser considerados antiquados e pouco científicos, visão essa que só foi alterada a partir da Segunda Guerra Mundial, em função da valorização da racionalidade dos discursos democráticos em oposição aos totalitários (Nascimento, 2015a). Nesse contexto, a partir da década de 50, a argumentação volta à pauta dos estudos acadêmicos, com a publicação de obras como “Os usos do argumento”, de Toulmin, e “O tratado da argumentação: a nova retórica”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Dessa forma, estrutura-se o estudo do que se chama Nova Retórica.

Ambos escritos são incontornáveis para o estudo da argumentação e base para o que é produzido até os dias atuais. Assim, baseando-se sobretudo na segunda obra, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, Fiorin (2022) apresenta as principais organizações discursivas, isto é, os principais tipos de argumentos, incorporando a divisão previamente proposta pelos autores da década de 50. Desse modo, Fiorin ratifica a distribuição dos argumentos segundo quatro classificações, são elas: os argumentos quase lógicos, os argumentos fundamentados na estrutura da realidade, argumentos que fundamentam a estrutura do real e os argumentos por dissociação de noções.

Os argumentos quase lógicos, segundo o autor, seriam aqueles que têm estrutura semelhante à de um raciocínio lógico — aqui, considerado aquele que segue o silogismo aristotélico —, mas não apresentam conclusões logicamente necessárias, embora possam ser possíveis e prováveis. Esses argumentos se subclassificam considerando o princípio em que se baseiam, que são: princípio da não contradição, da identidade e do terceiro excluído.

Os argumentos fundamentados na estrutura da realidade, como o nome sugere, são aqueles que se estruturam a partir das relações que seriam existentes na realidade, no mundo objetivo, as quais seriam: a causalidade, a sucessão, a coexistência e a hierarquização. Além desses, há os argumentos que fundamentam a estrutura do real, os quais são vistos não de acordo com a forma com que a realidade se estrutura, mas como “modos de organização da realidade” e podem ser: indutivos ou analógicos.

No caso dos argumentos por dissociação de noções, predomina, como princípio, a separação de ideias, ao contrário dos argumentos das categorias anteriores, que têm por princípio a associação delas. Assim, eles são constituídos a partir da demonstração de ideias por meio de pares hierarquizados, mostrando que não há vinculação entre elas ou que estão indevidamente associadas, sendo os pares mais frequentes: essência/aparência; meio/fim; ocasião/causa; relativo/absoluto; teoria/prática; particular/geral etc.³

Dentre esses tipos, nesta pesquisa — e, conseqüentemente, no protótipo — focalizamos o trabalho com 4 categorias de argumentos, os quais são: argumento de autoridade, por evidência, de causalidade⁴ e por exemplo⁵. A escolha foi feita considerando-se como critério pesquisas anteriores (Anjos, 2019) que apontam para o fato de que essas quatro categorias são muito usadas na escrita de gêneros da ordem do argumentar, além de terem um forte poder persuasivo.

O primeiro tipo de argumento, o argumento de autoridade, é aquele em que se evoca o discurso de terceiros, normalmente com conhecimento especializado sobre o assunto e autoridade socialmente reconhecida, para validar um ponto de vista. Há, segundo Fiorin (2022), dois tipos de autoridade a que se pode recorrer: uma que se origina da ordem do saber e outra da ordem do poder. A primeira diz respeito ao conhecimento acerca do assunto e ocorre na referência a especialistas ou peritos no tema tratado; a segunda, por sua vez,

³ Tendo em vista os objetivos desta pesquisa e a limitação espacial que nos é imposta, não é possível trazer em detalhes as explicações acerca das subcategorias sugeridas pelo autor. Nesse sentido, para um aprofundamento maior, recomendamos a leitura do livro “Argumentação” (2022[2015]), de Luiz José Fiorin.

⁴ Estes argumentos são subtipos dos argumentos fundamentados na estrutura da realidade.

⁵ Este argumento é um subtipo dos argumentos indutivos que fundamentam a estrutura do real.

trata do reconhecimento dessa autoridade por parte de um determinado auditório, o que normalmente acontece em função de relações de poder, ou seja, relações hierarquizadas.

O segundo tipo de argumento focalizado é o argumento por evidência ou por fatos. Esse argumento é relacionado à lógica quantitativa e se constrói a partir de referências a dados estatísticos divulgados por institutos reconhecidos e com credibilidade, na intenção de tornar a ideia defendida irrefutável (Anjos, 2019). Assim, pretende-se convencer o enunciário por meio de fatos, principalmente, quantitativos, em uma lógica que se assemelha à máxima “contra fatos não há argumentos” (Fiorin, 2022).

O terceiro é o argumento de causalidade, no qual se defende um ponto de vista a partir do levantamento das possíveis causas de determinado problema. Assim, “a causalidade supõe um encadeamento de fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito” (Fiorin, 2022, p. 159). Essa forma de argumentar exige, vale ressaltar, um cuidado, pois, tendo em vista que um mesmo fenômeno apresenta sempre uma multiplicidade de causas, “é preciso dar ênfase a causa principal e, por conseguinte, encadear com os efeitos produzidos necessários para a defesa do ponto de vista” (Anjos, 2019, p. 30). Dessa forma, é possível garantir a efetividade dessa estrutura argumentativa.

Por fim, o quarto tipo é o argumento por exemplo, que é aquele que se fundamenta na própria realidade. Nesse caso, a argumentação segue no sentido de trazer casos particulares para a estruturação do seu discurso, com objetivo de reforçar ou validar a ideia que está sendo defendida. Assim, de acordo com o que afirma Fiorin (2022, p. 195), a argumentação por exemplo é aquela em que “formulamos um princípio geral a partir de casos particulares ou da probabilidade de repetição de casos idênticos”.

A partir dessas teorizações, é importante refletir acerca da importância do desenvolvimento da competência argumentativa na atualidade, bem como o potencial de fazê-lo por meio do gênero escolhido para essa pesquisa — o artigo de opinião —, o que será feito na seção a seguir.

2.1. O ensino da argumentação e o artigo de opinião como meio para o desenvolvimento dessa competência

Na atualidade, os estudos acerca da argumentação e o aprimoramento da habilidade argumentativa têm forte importância, validada pela sua presença nos documentos oficiais que norteiam o ensino. Na BNCC, por exemplo, há a definição de dez competências gerais que devem ser desenvolvidas na educação básica, as quais se interrelacionam e devem perpassar as três etapas dessa fase da escolaridade, sendo a oitava delas exclusivamente dedicada à argumentação, tamanha a sua importância. Assim, afirma-se que o aluno deve ser capaz de

argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p. 9).

Apesar desse reconhecimento, o desenvolvimento da competência argumentativa dos estudantes está para além do mero atendimento àquilo que o currículo prescreve, sendo muito mais um imperativo imposto pelas formas como interagimos através da linguagem. Isso se dá porque todos os discursos têm, em maior ou menor grau, uma dimensão argumentativa e, por isso, vão exigir essa habilidade daqueles que através deles se comunicam.

Acerca disso, Fiorin (2022) explica que todos os discursos são argumentativos por dois fatores principais: primeiro, porque quem enuncia sempre almeja que seu posicionamento seja acolhido pelo outro; e segundo porque, de acordo com a sua perspectiva teórica, o modo real de funcionamento da linguagem é o dialogismo, conseqüentemente, os discursos são sempre um espaço de luta entre vozes sociais e, por isso mesmo, são o lugar da contradição, da dialética — i. e., o levantamento de uma tese e sua refutação —, o que implica necessariamente na argumentação.

Dessa forma, sendo essa uma prática intrínseca ao uso social da linguagem, a escola — engajada na formação de cidadãos participativos, críticos e protagonistas de suas vidas — precisa propor situações que viabilizem o

desenvolvimento dessa capacidade nos estudantes, tanto na oralidade, quanto na escrita. E isso não pode se dar se não a partir de atividades com os diversos gêneros da esfera argumentativa.

Dentre os gêneros argumentativos tradicionalmente trabalhados na educação básica está o artigo de opinião, posto em foco nesta pesquisa. Situado no campo jornalístico, esse gênero discursivo se vale da argumentação para analisar e responder a uma questão controversa, buscando convencer o enunciatório de certo ponto de vista, de modo a influenciá-lo. Para tanto, o articulista que expõe sua opinião precisa refutar as possíveis opiniões divergentes e sustentar seu posicionamento apresentando dados, exemplos, evidências e informações consistentes e relevantes (Brakling, 2000; Boff; Koche; Marinello, 2009).

Considerando que os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados, definidos, sobretudo, pelo seu conteúdo temático, o estilo e a construção composicional (Bakhtin, 2016), o artigo de opinião também possui suas peculiaridades. Do ponto de vista temático, nesses textos, costuma-se discutir um tema atual e relevante de ordem social, política, econômica e/ou cultural que gere alguma polêmica. Normalmente, como os artigos de opinião circulam em veículos de notícia, sejam físicos ou virtuais, os temas discutidos neles costumam ser relacionados aos acontecimentos recentemente noticiados. No entanto, apesar dessa relação, na construção desse gênero discursivo vai importar mais a análise e o posicionamento do autor que a apresentação dos acontecimentos em si (Boff; Koche; Marinello, 2009).

No caso de sua estrutura, para que esse texto possa ser escrito, é necessário um problema a ser discutido e, a partir dele, deve ser proposta uma solução ou uma avaliação, sendo comum, portanto, que ele se constitua a partir da presença dos seguintes elementos: situação-problema, momento em que há a contextualização do tema, o esclarecimento do objetivo da argumentação etc; discussão, quando são expostos os argumentos em defesa do ponto de vista; e solução-avaliação, parte na qual se coloca uma resposta ao que foi apresentado e/ou reafirma-se a posição defendida (Boff; Koche; Marinello, 2009). Essa estrutura não é estanque, mas é característica desse gênero e considerá-la

facilita os encaminhamentos didáticos para o processo de ensino-aprendizagem com essa peça textual.

Diante desses aspectos, compreende-se que as potencialidades do trabalho com o artigo de opinião envolvem a possibilidade do aprimoramento de importantes competências e habilidades linguísticas, embora não se restrinja a isso. Assim, pela própria natureza desse gênero, é possível desenvolver, como já foi explicitado, a habilidade argumentativa, imprescindível para a ação por meio da língua/linguagem, mas também, e sobretudo, a capacidade crítico-analítica do alunado, que também é primordial para esta ação.

Nesse sentido, por meio do estudo sistemático do artigo de opinião, é possível fomentar a formação de sujeitos capazes de compreender as realidades sociais de maneira crítica, considerando diferentes pontos de vista e colocando-os em diálogo, comparando-os reflexivamente e, a partir desse movimento, constituindo o seu próprio posicionamento. Além disso, um trabalho com esse gênero contribui para a proficiência na produção de texto desses estudantes, de modo que eles possam cada vez mais utilizar a língua de forma crítica, reflexiva e analítica e consigam defender seu ponto de vista a partir da argumentação (Brakling, 2000).

Percebe-se, então, que, para ensinar os estudantes a produzir artigos de opinião, para além do desenvolvimento das estratégias linguísticas necessárias, é preciso que haja um conhecimento sobre a temática abordada. No caso do presente trabalho, o tema escolhido para ser discutido transversalmente ao longo das aulas realizadas a partir do protótipo é a violência política de gênero.

Essa problemática de ordem social, cultural e política tem tido extrema relevância no Brasil e no mundo, à medida em que cada vez mais mulheres passaram a engajar-se em posições de influência e poder político. Em decorrência disso, não é raro ver nos noticiários casos de parlamentares, líderes de movimentos políticos e ativistas que são assediadas verbal, física, sexual, psicológica e/ou economicamente nesse âmbito, apenas em função do fato de serem mulheres que ocupam espaços de poder.

Assim, a violência política de gênero não é apenas problemática porque afeta essas mulheres que estão na política individualmente, mas porque afeta negativamente os direitos humanos de uma maneira geral e, em última análise, afeta também a manutenção do sistema democrático. Afinal, é importante para

a democracia que exista uma representação política mais equitativa e igualitária, pois só dessa maneira é possível garantir o fortalecimento da cidadania e o aumento da possibilidade de que os interesses de todas(os) as(os) cidadãs(os) sejam refletidos nas políticas públicas (Krook; Sanín, 2016).

Desse modo, os primeiros passos para encaminhar a sociedade em um sentido de superação dessa problemática são: reconhecê-la, em primeiro lugar, e, em seguida, entender suas origens e discuti-las em espaços públicos e de formação. A escola, naturalmente, é um desses espaços, pois tem a função social de formar cidadãos críticos, atuantes e modificadores de realidade, perspectiva corroborada pela BNCC (2018), a qual propõe o tratamento de temas contemporâneos, como este, de forma transversal e integradora nos currículos.

3. O ensino de língua/linguagem, os multiletramentos e alternativas didáticas

Nas últimas décadas aconteceram substanciais mudanças culturais, sociais e econômicas nos âmbitos da vida pública, privada e profissional. Os principais marcadores dessa mudança são três: o pluralismo cidadão, o estilo de vida multicamadas e a diversidade produtiva. O primeiro diz respeito a valorização e expressão das identidades multifacetadas no contexto social; o segundo, por sua vez, é decorrente do hibridismo cultural e tem como consequência uma consciência fragmentada e a construção de identidades e subjetividades multifacetadas; o terceiro, por fim, consiste em mudanças nas formas de produzir, as quais exigem que os trabalhadores sejam cada vez mais multicapacitados, autônomos e flexíveis (Cazden *et al*, 2021; Rojo, 2013).

Todos esses fatores acima expostos exigiram e exigem alterações nas linguagens necessárias para construir sentido em cada uma dessas esferas da existência humana (Cazden *et al*, 2021). Atreladas a essas mudanças, a emergência e posterior consolidação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) também fortaleceram e continuam fortalecendo a crescente variedade de formas de comunicar e de se informar, as quais são cada vez mais multimidiáticas e multissemióticas.

Essas alterações na forma de estar e agir no mundo por meio das linguagens geram novas demandas de aprendizagem que a escola, na sua

função de instituição promotora dos letramentos, precisa abarcar. Dessa forma, considerando que o “propósito fundamental [da educação] é garantir que todos os estudantes se beneficiem da aprendizagem de maneira a lhes permitir a ampla participação nas esferas da vida pública, econômica e comunitária” (Cazden *et al*, 2021), surgiu a necessidade da postulação de uma pedagogia que desse conta das mudanças que vinham ocorrendo — e que ainda hoje ocorrem — no mundo, para assegurar que esse objetivo da instituição fosse alcançado.

É nesse cenário que, em 1996, em um manifesto resultante de um colóquio de um grupo de pesquisadores dos letramentos autointitulado Grupo de Nova Londres (GNL), é afirmada pela primeira vez a imprescindibilidade de uma pedagogia dos multiletramentos. O GNL afirmava que a escola deveria abarcar esses novos letramentos emergentes, além de incorporar nos documentos curriculares a variedade cultural já presente na sala de aula de um mundo globalizado (Rojo, 2020). Assim, esse grupo cunha o termo multiletramentos, buscando apontar

por meio do prefixo ‘multi’, para dois tipos de múltiplos que as práticas de letramento contemporâneas envolvem: por um lado, a *multiplicidade de linguagens*, semioses e mídias envolvidas na criação de significação para textos multimodais contemporâneos e, por outro, a *pluralidade* e a *diversidade cultural* trazidas pelos autores/leitores contemporâneos a essa criação e significação (Rojo, 2013, p. 14, grifo do autor)

Nesse sentido, a proposta da pedagogia dos multiletramentos sugere que uma educação linguística adequada ao cenário de multiculturalidade e de multiplicidade semiótica deve se prestar a formar usuários funcionais da língua. Esses usuários devem ter não somente a competência técnica necessária para utilizar/participar das novas ferramentas e práticas letradas, mas devem, sobretudo, ser criadores de sentido, analistas críticos que podem transformar as significações e discursos tanto na sua recepção, quanto na sua produção (Rojo, 2020).

Para que isso seja possível, o GNL apresenta alguns princípios/movimentos pedagógicos que devem ser articulados para que essa perspectiva de ensino-aprendizagem seja efetivada, os quais seriam: a prática situada, a instrução aberta, o enquadramento crítico e a prática transformada. Esses elementos não ocorrem de forma sequencial, necessariamente, do

contrário, eles são fatores que se complementam e se integram de maneira concomitante no ensino de língua/linguagem.

A prática situada diz respeito à imersão dos estudantes em práticas significativas, isto é, deve-se partir da experiência e da utilização dos recursos/discursos disponíveis, de modo a incluir o universo sociocultural do alunado nas práticas escolares, relacionando-os a outras práticas sociais também relevantes, que seriam de outros espaços culturais e contextos discursivos. É nessa prática que deve se dar a instrução aberta, a qual se constitui como a sistematização e a análise consciente dos gêneros e *designs* (sistemas semióticos) e suas formas de produção e recepção, em um trabalho essencialmente metalinguístico, mas que respeita o protagonismo dos estudantes (Cazden *et al*, 2021; Rojo, 2020).

Todo esse movimento se constitui a partir de um enquadramento crítico, articulado a partir da relação dos significados aos contextos sociais e culturais de produção, circulação e recepção desses enunciados, visando uma prática transformada. Essa prática, por sua vez, acontece a partir da recriação de significados em novos contextos, em um processo de construção contínua do conhecimento a que os autores chamam *redesign* (Cazden *et al*, 2021; Rojo, 2020).

A pedagogia dos multiletramentos se alinha, pois, a um paradigma de aprendizagem interativa (Lemke *apud* Rojo, 2017b), a qual se baseia na colaboração, na transdisciplinaridade e no acesso à informação mais do que na imposição da aprendizagem, e designa ao professor um papel de mediador e não transmissor de conhecimentos. Assim, essa mudança demonstra a nova conduta e mentalidade que decorre desses novos multiletramentos e das novas tecnologias e procedimentos que, com elas, surgem, os quais acabam se tornando — e, de fato, precisam se tornar — objeto de ensino-aprendizagem nas escolas.

Há de se considerar que todas essas mudanças têm impacto no currículo e, sobretudo, no tipo de presença que o uso dessas tecnologias digitais tem na sala de aula. Embora atualmente o uso de alguma tecnologia na sala de aula não seja algo necessariamente raro, especialmente na rede privada de ensino, bem sabe-se também que esse uso é muitas vezes apenas instrumental, de modo que a tecnologia é posta a serviço das práticas letradas tradicionais, que

transmitem um conteúdo sob controle do professor (Rojo, 2017b), como acontece no uso de slides para aulas expositivas, por exemplo.

Considerando esse paradigma de aprendizagem interativa e a perspectiva da pedagogia dos multiletramentos, é preciso que a escola, acompanhando as mudanças histórico-sociais de tecnologias e das práticas (multiletradas) que acontecem por meio delas, utilize as TDIC de uma forma diversa daquela que vem sendo feita. Para tanto, Almeida (2014, p. 1-2 *apud* Rojo, 2017b, p. 206-207), defende um *web* currículo, que

[...] se desenvolve por meio das tecnologias digitais da informação, especialmente mediado pela internet. Uma forma de trabalhá-lo é informatizar o ensino ao colocar o material didático na rede [...] Não se trata mais do uso eventual da tecnologia, mas de uma forma integrada com as atividades em sala de aula.

Diante desse cenário, emerge a discussão acerca do protótipo de ensino, o qual surge como alternativa para viabilizar esse *web*-currículo e, paralelamente, trabalhar com as TDIC e os multiletramentos (Rojo, 2017b; 2017a). Esse instrumento se configura como “materiais digitais navegáveis (*Ebooks*, pdf navegáveis) de apoio ao ensino”, uma espécie de “sequência didática para os multiletramentos e novos letramentos”, mas que, diferentemente dessa forma usual de estruturação das aulas, têm uma arquitetura vazada, isto é, não são completamente preenchidos pelo autor sem levar em conta o contexto de ensino (Rojo, 2017b).

Baseando-se no que Rojo (2017b, p. 212) elabora, são características dos protótipos de ensino:

- a acessibilidade democrática, tendo em vista que eles devem ficar armazenados em repositórios acessíveis e *online* (nas nuvens);
- a utilização de ferramentas públicas e gratuitas, que sejam de fácil acesso e que permitam a interação colaborativa entre professor-aluno e aluno-aluno;
- a flexibilidade e adaptabilidade das propostas de acordo com o desejo e a necessidade dos professores e alunos, de modo a garantir os protagonismos destes no processo de ensino-aprendizagem;
- a estrutura hipertextual, multimidiática e multimodal, que coloca em diálogo as diversas mídias e semioses;

- a combinação de diferentes coleções culturais, considerando as mais comuns ao alunado e também aquelas já tradicionalmente valorizadas pela escola.

Dessa forma, percebe-se que o protótipo une funcionalidades de um material didático digital navegável a diferentes tipos de objetos digitais e ferramentas disponíveis na *Web*, sempre em função de princípios pedagógicos e teóricos na formação de estudantes e professores que sejam usuários analíticos e produtores críticos de enunciados. Em função dessas características, eles são uma possibilidade para o atendimento das necessidades educacionais surgidas a partir das novas tecnologias e dos multiletramentos, além de contribuir para a formação dos docentes como didatas, por possuir uma estrutura vazada e dialógica (Rojo, 2017b).

4. Metodologia

Nossa proposta de trabalho está voltada para análise de significados e interpretações, apresentando, pois, natureza qualitativa, uma vez que “não pode ser reduzida à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1945, p. 22). Ademais, verifica-se a natureza qualitativa porque consiste em uma atividade situada que permite reconhecer a perspectiva do observador no mundo (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 17). No que se refere ao tipo, consideramos que se trata de uma pesquisa-intervenção, porquanto apresenta uma proposta de ação transformadora de uma realidade social, apesar de não procedermos à aplicação dessa proposta.

Nessa perspectiva, desenvolvemos a revisão analítica e crítica dos estudos teóricos relativos aos multiletramentos, à argumentação e ao gênero artigo de opinião e o seu tratamento na sala de aula. Para tanto, recorreremos a autores como Rojo (2013; 2017a; 2017b; 2020), Cazden et. al. (2021), Nascimento (2015a; 2015b), Fiorin (2022), Anjos (2019), Bakhtin (2016), Brakling (2000), Boff, Koch e Marinello (2009). Essa revisão foi feita no sentido de fornecer subsídios teóricos para a construção de um protótipo didático que possa ser usado em aulas de linguagem para turmas do 2º ano do Ensino Médio,

adotando-se, para tanto, a concepção de protótipo didático, conforme proposta por Rojo (2013; 2017a; 2017b).

Após a etapa da revisão bibliográfica e do aprofundamento nos estudos relativos aos temas supracitados, houve a definição dos objetivos didáticos do protótipo, bem como a definição dos conteúdos que seriam trabalhados, em função das competências e habilidades que deveriam ser desenvolvidas nos estudantes. Posteriormente, realizamos a curadoria de textos que pudessem contribuir para os letramentos multissemióticos e multimidiáticos dos estudantes, para compor o protótipo, bem como a construção desse material. Os textos foram selecionados à medida que atendiam aos critérios de relação com a temática escolhida, atualidade, relevância e pertinência à abordagem dos multiletramentos, da argumentação e da construção de artigos de opinião. Além disso, considerou-se, ainda, o critério de facilidade de acesso desse material pela internet. Procedemos, então, para a esquematização do protótipo, à divisão dos textos selecionados em 4 unidades para garantir a coesão e a progressão temática da abordagem. Após isso, produzimos as atividades que comporiam cada unidade, buscando sempre articular atividades que explorassem as potencialidades de um material construído e utilizado *online*, por meio da utilização de recursos multimidiáticos, hiperlinks, códigos QR, ferramentas colaborativas etc. Paralelamente ao fortalecimento dos multiletramentos desses alunos, também propusemos atividades mais tradicionais, no sentido de abordar, também, aquilo que os letramentos convencionalmente escolares contemplam.

Na etapa seguinte, pesquisamos acerca das ferramentas digitais disponíveis para a elaboração do protótipo, das quais destacamos: Word, Power Point, Google Slides, Prezi e Canva. Dentre as possibilidades, selecionamos o Canva em função da familiaridade com a plataforma e da quantidade de recursos gráficos de que ela dispõe, os quais facilitariam a construção de um material esteticamente agradável. Após isso, construímos o projeto gráfico (*layout*) do protótipo didático no Canva e diagramamos os textos e atividades no *design*. Além disso, fizemos, ainda, uma versão do professor, com os espelhos das atividades e com acréscimos de sugestões, outras possibilidades e direcionamentos para a utilização do protótipo e das ferramentas necessárias para a execução das atividades.

5. Apresentando o protótipo didático: “Para aprender os usos da língua: argumentação na construção de artigos de opinião”⁶

O material produzido a partir desta pesquisa foi um protótipo denominado “Para aprender os usos da língua: argumentação na construção de artigos de opinião”, cujo princípio é levar os estudantes à interação com gêneros discursivos multimodais e multimidiáticos diversos, com vistas para o desenvolvimento da habilidade de leitura e análise crítica desses textos, bem como da competência argumentativa.

Dessa forma, os objetivos de aprendizagem que nortearam a construção desse protótipo seriam: (1) identificar e compreender a problemática da violência política de gênero, estabelecendo relações com aspectos sócio-histórico-culturais; (2) realizar uma leitura crítica das peças textuais as quais têm acesso; (3) compreender textos multimodais, articulando as múltiplas semioses na construção dos seus sentidos; (4) produzir um texto opinativo, articulando adequadamente pontos de vista e argumentos que os sustentem.

Para tanto, recorreremos à divisão do material em 4 unidades: “Desigualdade de gênero (na política)”; “Para quê e como argumentar?”; “Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião” e “Colocando a mão na massa”. Além disso, cada uma dessas três primeiras unidades se divide em mais 3 seções, com atividades que trabalham a leitura, a produção textual, a oralidade e a análise linguística, enquanto a última apresenta a proposta de produção final. Há, ainda, uma seção final de anexo, onde consta, na íntegra, os textos utilizados nas atividades, para o caso destes serem retirados do ambiente online.

Todas as atividades previstas no protótipo são construídas em torno de um eixo temático específico: a violência política de gênero, e se sucedem de modo a criar uma sequência lógica — com começo, meio e fim — e gradual, apresentando os conteúdos de maneira cadenciada. Além disso, vale ressaltar que, apesar dos objetivos e das atividades predefinidas, na condição de protótipo didático, todo esse material pode e deve ser alterado pelo(a) professor(a), de

⁶ O Protótipo Didático, tanto na versão do estudante, como na versão do(a) professor(a) pode ser acessado no link:
<https://drive.google.com/drive/folders/13tSq57xekP8on41JQ7SUu8fd9W3J2cDE?usp=sharing>

acordo com o que for necessário diante das especificidades da turma, do currículo seguido, dos conteúdos necessários etc.

Assim, na primeira unidade, intitulada “Desigualdade de gênero (na política)”, há a introdução da temática, com uma focalização maior na promoção de discussões acerca do papel social da mulher e da ausência de igualdade nas relações sociais estruturadas em uma lógica patriarcal. A partir disso, há uma progressão para um tratamento mais específico de como essas desigualdades funcionam no ambiente do poder público, isto é, na política, através de um texto explicativo e de uma atividade que trabalha a leitura de imagens.

Dessa forma, recorreremos, na primeira seção da unidade, “O lugar da mulher na história: donas de casa?”, a uma atividade (figura 1) com uma peça publicitária dos anos 50, para refletir sobre a construção e o reforço do lugar de dona de casa em que se coloca o feminino. Para tanto, há uma reflexão acerca

Figura 1 - Exemplo de atividade da primeira unidade do protótipo na versão do professor.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história:
donas de casa?

Abaixo encontra-se uma propaganda que circulava na década de 1950 de uma marca de roupas masculinas. Observe os elementos que a constituem e discuta:

FIGURA 1 - Propaganda de 1950



1. Como a imagem feminina é construída nessas peças publicitárias? E a imagem masculina?

2. Qual a implicação social disso?

3. Quais são as funções atribuídas às mulheres? E aos homens?

4. Essas propagandas refletem valores de um determinado contexto social, histórico e cultural. Esses valores ainda reverberam na nossa sociedade? Como?

Disponível em: <https://www.entrepreneur.com/growing-a-business/this-amazing-project-roads-crazy-sexist-vintage-ad/309064>

Respostas possíveis:

1. A mulher aparece de joelhos, sorridente e servindo ao homem que está deitado e confortável, remetendo à subserviência e a delegação da função de cuidado à mulher. O homem, por outro lado, aparece sentado em uma cama, coberto e em uma pose que demonstra conforto e superioridade, tendo em vista que ele nem mesmo dirige o olhar para a mulher que lhe serve.
2. Essa peça publicitária reforça o estereótipo de que a mulher tem que servir ao homem.
3. A figura feminina, fica atribuída a função de cuidado da casa e do marido (observando que ela está de roupa, o que indica que é uma figura que fica restrita ao ambiente doméstico). Ao homem, fica atribuída a função de realizar o trabalho externo à casa para prover dinheiro, alimento, segurança etc (observando que ele está com roupa social, o que pode denotar que chegou ou que está indo ao trabalho).
4. Sim. Os valores de uma sociedade patriarcal ainda reverberam e podemos percebê-lo, por exemplo, nas diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo ou nos altos índices de violência doméstica contra a mulher.

01

Fonte: A autora (2023).

da construção desse texto e como, através da integração de várias linguagens, ele fortalece um imaginário machista.

Em seguida, é apresentada uma releitura desse mesmo texto, feita anos mais tarde, em 2019, que, de maneira provocativa, inverte esses papéis, colocando o homem na posição de subserviência em relação à mulher. Desse modo, é possível tecer discussões acerca do processo de desnaturalização dos papéis de gêneros que a primeira peça reforçava.

Para finalizar a seção e possibilitar uma conexão com a parte seguinte, promovemos uma reflexão a partir da personagem Amélia, da canção “Desconstruindo Amélia” de Pitty, tendo em vista que ela é uma figura feminina que consegue se libertar das imposições sociais que a restringem ao espaço privado de cuidados da casa, dos filhos etc. Após essa reflexão, inicia-se a segunda seção da unidade, “O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos”.

Na segunda parte da unidade 1, propõem-se uma atividade de pesquisa (Figura 2) que visa valorizar o (re)conhecimento da cultura local e incentivar a formação de alunos-pesquisadores. Após a pesquisa, é indicada, ainda, a construção de um painel no *Padlet*, para divulgar para a comunidade escolar as informações coletadas e organizadas pelos alunos. Além disso, essa seção apresenta um texto explicativo, no qual são tecidas reflexões sobre o conceito da violência política de gênero e o que ele abarca.

Figura 2 - Exemplo de atividade de pesquisa da unidade 1 na versão do professor.

**UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)**

O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos

Aqui no Brasil, as mulheres começaram a ter direitos políticos a partir do ano de 1932, quando conquistaram o direito de votar e de serem votadas. Essa conquista só pôde acontecer com a luta de muitas mulheres espalhadas pelo país que, dentro das suas possibilidades, mobilizaram os recursos que tinham em prol dessa causa. Você conhece alguma dessas mulheres? Que tal conhecê-las?



Acesse esse código QR para ser direcionado para o site TSE Mulheres, no qual você poderá acessar informações e dados sobre a participação feminina na política brasileira.



*ar. Ego... insectur
pulcinar mallis nunc. Vel pretium lectus quam
volutinac agullis enim ad bellu etiam*

Fonte: A autora

Pesquisando na net

Em grupos de 3 ou 4 alunos, pesquise se na sua cidade/estado/região do Brasil há mulheres que lutaram/lutam pelos direitos políticos femininos e procure o nome dessas mulheres, suas histórias, quais atividades desempenhavam e como impactaram o cenário dessa luta. Com os resultados da sua pesquisa em mãos, se junte aos demais colegas e construam coletivamente um **painel no Padlet** com as informações sobre essas importantes figuras femininas locais. Compartilhe esse painel no site da escola e/ou crie um código QR e cole em locais estratégicos na sua escola para que mais pessoas possam conhecer essas mulheres!



05

Fonte: A autora (2023).

A última seção da unidade, “Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro”, por sua vez, propõe uma atividade a partir de duas capas de edições da revista Istoé (figura 3), uma de 2016 e outra de 2019, de modo a propiciar uma discussão acerca da forma como essas capas foram construídas e uma reflexão sobre como as diferentes valorações podem se constituir como um ato de violência política de gênero.

Figura 3 - Exemplo de atividade de análise das capas de revista

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

Em 2010, mais de 70 anos após a conquista dos direitos políticos plenos - isto é, dos direitos de votar e de se candidatar a cargos públicos - a primeira mulher chegou à presidência do Brasil. Dilma Rousseff foi, ainda, reeleita em 2014, com 51,64% das urnas no segundo turno. Durante seus mandatos, Dilma foi vítima de ataques misóginos e de violência política de gênero de diversas formas diferentes, culminando, inclusive, na sua destituição, realizada sem fundamento legal.

Observe e faça a leitura das duas capas de revista a seguir, a primeira de 2016, veiculada durante o segundo mandato da ex-presidenta Dilma e a segunda de 2019, veiculada durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro:

Fonte: A autora (2023).

Na segunda unidade do protótipo, “Para quê e como argumentar?”, focalizamos o estudo desse recurso discursivo a partir de atividades com textos que propõem que os estudantes compreendam como os argumentos funcionam nos textos e os efeitos de sentido que podem causar quando bem articulados. Há, ainda, uma proposta de estudo mais aprofundado acerca do que é a argumentação (Figura 4) e quatro tipos de argumentos dos quais os estudantes podem se utilizar para a construção de seus textos.

Figura 4 - Exemplo de texto explicativo sobre argumentação na versão do professor

Entendendo a argumentação: os tipos de argumentos

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?

A argumentação é o procedimento através do qual nos utilizamos de argumentos para sustentar uma opinião, um ponto de vista, uma tese etc, na intenção de convencer o outro a quem nosso discurso se dirige da validade daquilo que estamos dizendo. Quando argumentamos, procuramos sempre fazer com que esse outro acate e tome como verdade aquilo que colocamos ou, ainda, que ele execute determinada ação (como vimos no exemplo da seção anterior, em que a intenção da argumentação era convencer alguém de comprar algo).

Há várias formas de realizar esse procedimento, mas quatro tipos muito comuns de argumentos são: **os argumentos de autoridade, por evidência, por exemplo e de causalidade**. Cada um desses argumentos, se bem estruturados e argumentados nos textos, podem garantir uma argumentação forte e convincente.

Para saber mais sobre argumentação e tipos de argumentos, recomendamos a leitura do livro "Argumentação", de José Luiz Fiorin, publicado pela editora Contexto.

- 1 ARGUMENTO DE AUTORIDADE**
é aquele em que se evoca o discurso de terceiros, normalmente com conhecimento especializado sobre o assunto, autoridade e credibilidade socialmente reconhecida, para validar um ponto de vista.
- 2 ARGUMENTO POR EVIDÊNCIA**
é relacionado à lógica quantitativa e se constrói a partir de referências a dados estatísticos divulgados por institutos reconhecidos e com credibilidade na intenção de tornar a ideia defendida irrefutável.
- 3 ARGUMENTO POR EXEMPLO**
é aquele em que se traz casos particulares, isto é, um relato concreto, normalmente do âmbito social, com objetivo de reforçar ou validar a ideia que está sendo defendida.
- 4 ARGUMENTO DE CAUSALIDADE**
é aquele em que se defende um ponto de vista a partir do levantamento das possíveis causas de determinado problema.

11

As informações trazidas nessa seção têm como fonte a obra "Argumentação", de Fiorin (2022) e a dissertação de mestrado "O desenvolvimento de competências argumentativas no Ensino Fundamental: diferentes tipos de argumentos em textos de opinião de estudantes do 5º ano" de Thiago dos Anjos (2019).

Fonte: A autora (2023).

Dessa forma, a primeira seção “Convencendo pela linguagem”, inicia-se com a apresentação de uma atividade acerca do uso da linguagem para o convencimento por meio da argumentação. Para tanto, recorre-se à leitura e análise crítica de um *publipost*, tipo de publicidade comum nas redes sociais e, por isso, familiar para o alunado. Em seguida, há um texto explicativo em que se traz, explicitamente, instruções sobre a argumentação e sobre quatro tipos de argumentos principais para o desenvolvimento de uma peça textual opinativa.

Na última parte da unidade, desenvolve-se uma atividade com um artigo de opinião retirado do site do jornal Estado de Minas (Figura 5), a partir do qual se desenvolve um estudo de como os argumentos apresentados funcionam em um texto em prol da defesa do ponto de vista da autora.

Figura 5 - Atividade da unidade 2 a partir de um artigo de opinião na versão do professor

Os argumentos funcionando no texto

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?

Já vimos um exemplo do uso da argumentação para motivar alguém a uma ação, vejamos agora o uso dos tipos de argumento acima listados para convencer alguém sobre determinado ponto de vista.

Leia o texto abaixo clicando no link ou realizando a leitura do QrCode



1. Qual o ponto de vista defendido pela autora? Ela consegue defendê-lo adequadamente? Por quê?
2. Qual(is) a(s) vantagem(s) do reconhecimento por lei da violência política de gênero?
3. De que forma a dominação masculina está relacionada à violência política de gênero?
4. Por que é mais difícil para mulheres se candidatarem?
5. Indique um exemplo de argumento de cada tipo estudado (por exemplo, por evidência, de causalidade e de autoridade).

Respostas possíveis:

1. A autora defende que há uma baixa representação feminina na política, sobretudo em função da violência política de gênero. Sim, pois ela articula fatos, opiniões e exemplos para sustentá-lo de forma precisa.
2. Ao ser reconhecido por lei, esse tipo de violência passa a ser categorizada, nomeada e, por isso, mais fácil de ser identificada no dia-a-dia. Além disso, o fato de ser reconhecida por lei dá mais credibilidade às vítimas quando estas recorrem aos meios cabíveis de denúncia.
3. A presença das mulheres em espaço de poder pode ser interpretada como uma ameaça à dominação masculina e, assim, a violência física, psicológica, moral, sexual, econômica etc, contra as mulheres que ocupam ou desejam ocupar esses espaços acontece no sentido de silenciá-las, desmotivá-las, tolhe-las, gerando um ambiente de insegurança para sua atuação que podem levá-las a desistir da vida pública política.
4. Primeiro porque tendem a ser espaços pouco receptivos e, em alguma medida, hostis para essas mulheres, além de muitas vezes elas não conseguirem espaço nos próprios partidos. Há que se considerar, ainda, que usualmente fica à cargo das mulheres muitas demandas de casa, dos filhos e outras questões para além do trabalho em si, o que gera sobrecarga, jornadas triplas etc.
5. Argumento por exemplo: parágrafo três do texto; Argumento por evidência: parágrafo cinco; Argumento de causalidade: último parágrafo; Argumento de autoridade: segundo parágrafo.

Fonte: A autora (2023).

A unidade 3 tem como título “Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião” e é dedicada ao estudo do gênero artigo de opinião para instrumentalizar os alunos, familiarizando-os com o gênero que será pedido no momento da produção final. Assim, na primeira seção "Opinião X Fato" (Figura 6), os estudantes são levados a refletir sobre as diferenças entre esses dois elementos, por meio de uma notícia e, em seguida, as opiniões emitidas acerca do tema tratado nela. Assim, recorrendo à análise de opiniões contrárias e diversas, pretende-se que seja fomentado o respeito e a valorização do ponto de vista do outro e, paralelamente, a tomada de posição a partir da análise crítica dos fatos e das opiniões apresentadas.

Figura 6 - Atividade da unidade 3 opinião X fato na versão do professor

UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

Opinião X fato: é tudo a mesma coisa?

Um exemplo brasileiro...

O título de primeira-dama de um país vem sempre carregado de estigmas e expectativas e, naturalmente, atrai a atenção nacional. Não é diferente com a esposa do presidente atual, Rosângela Lula da Silva, popularmente conhecida como Janja. Desde antes do início do mandato, a sua postura ativa e presente em relação à política sempre foi motivo de discussão, o que se estende até agora. Vamos ver um exemplo das discussões que giraram em torno dessa figura?

Accessando o link abaixo ou o código QR você será direcionado para o site do jornal *online* Exame, onde deverá ler a notícia com atenção, para, em seguida, observar o que se pede.



1. De que o texto trata? Qual o seu propósito?
2. Ao ler o texto, você identifica mais trechos opinativos ou informativos? Como você os identifica?
3. Há, nesse texto, alguma valoração positiva ou negativa quanto ao "protagonismo" de Janja nas atividades do governo? A partir de quais aspectos ou trechos do texto você percebe isso?
4. A notícia afirma que Janja promete "dar um novo significado para o papel de primeira-dama". Qual significado esse papel teria? Como ele se constrói no imaginário coletivo?
5. A partir da leitura do texto, como Janja tem ressignificado esse papel?
6. Será que todas as pessoas concordam com a figura de uma primeira-dama mais ativa?

13

Fonte: A autora (2023).

Após essas atividades, há ainda uma outra na qual se propõe um estudo acerca do artigo de opinião (Figura 7), na intenção de levar os alunos a observar suas características do ponto de vista do conteúdo temático, do estilo e da construção composicional, de modo a identificar as peculiaridades desse gênero e possibilitar que eles consigam produzir seus próprios artigos de opinião. Há, ainda, na versão do protótipo destinada ao professor, uma recomendação de que haja um momento de instrução aberta, isto é, um trabalho mais explícito e metalinguístico envolvendo a sistematização e o entendimento consciente acerca desse gênero discursivo.

Figura 7 - Exemplo de atividade da unidade 3 sobre artigo de opinião na versão do professor

UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

O artigo de opinião

Quase sempre temos o que dizer acerca das coisas que acontecem ao nosso redor. Nesse sentido, quando precisamos nos comunicar de modo a nos posicionar, expondo e defendendo nosso ponto de vista para convencer o outro sobre a sua validade, nós podemos recorrer a uma construção textual específica: **o artigo de opinião**.

Observe um exemplar desse gênero, postado no site da revista Carta Capital, através do link na imagem abaixo ou do código QR.



1. A partir da leitura desse texto, qual a opinião da autora acerca do tema?
2. Por que a presença de mulheres na política gera incômodo?
3. Logo no início do texto, a autora afirma que o Brasil é uma “zona de guerra para mulheres”. De que ela se utiliza para sustentar essa afirmação? Qual o efeito de sentido que esse recurso causa?
4. Ao longo do texto, ela cita diversos exemplos de casos reais de violência política de gênero. A que esses exemplos se prestam? Eles fortalecem a defesa do ponto de vista dela? De que forma?
5. No final do texto, a autora afirma que a violência política de gênero afeta e dilacera a democracia como um todo. Por que ela afirma isso? Você concorda com essa afirmação?
6. Na página do site, após o texto, há a apresentação da autora. Quais informações são trazidas? Qual a função de apresentá-las?

18

Fonte: A autora (2023).

Por fim, a quarta e última unidade, “Colocando a mão na massa”, apresenta a proposta de produção final e, ainda, na versão do professor, indica a grade de avaliação sugerida e outras possibilidades de encaminhamento dessa atividade, que envolve a recomendação de possibilitar que os textos escritos pelos estudantes tenham circulação social, por meio da divulgação para a comunidade escolar e a publicação *online* (Figura 8).

Figura 8 - Orientações para a atividade final do protótipo na versão do professor

Qual a sua opinião?

Unidade 4. Colocando a mão na massa



Agora que refletimos bastante sobre a temática e estudamos uma das formas de expressar e defender o seu ponto de vista por meio do texto escrito, convidamos você a finalizar o trabalho com esse protótipo produzindo o seu próprio artigo de opinião, a partir da temática abordada.

Em duplas, vocês deverão **articular os conhecimentos de mundo e os conhecimentos linguísticos** na produção de um artigo de Opinião por meio do aplicativo do Google Docs.

Depois de produzidos, os artigos deverão ser **publicados em um site construído pela própria turma** e, posteriormente, divulgado nas redes da escola.

Para realizar essa atividade, você, professor(a), deve orientar os estudantes a acessarem os textos lidos e trabalhados nesse protótipo para auxiliá-los na produção de seus próprios textos. Por ser uma produção coletiva, é necessário que um aluno por dupla crie um **arquivo no Google Docs** e compartilhe o link com o colega, para que possam escrever de forma coletiva e simultânea. Além disso, é necessário que o(a) professor(a) tenha acesso a todos os links para, eventualmente, passar nos documentos e auxiliar no processo de construção. Para tanto, é interessante que essa atividade seja realizada (ou ao menos iniciada) no momento da aula.

Para que as produções tenham alguma circulação social e não sejam utilizadas apenas para fins avaliativos, sugerimos, seguindo o comando da atividade, que os próprios alunos, sob a orientação do(a) professor(a), criem um site para a publicação dos textos. Esse site pode ser criado a partir do aplicativo **Google Sites**, o qual possui recursos de fácil manipulação. Há, ainda, outras possibilidades igualmente válidas e interessantes de divulgação desses trabalhos, as quais seriam, dentre outras:

- publicar os textos em uma seção do site da escola;
- criar um perfil no Instagram e divulgar os textos nesse perfil: nesse caso, como o Instagram é uma rede social em que as postagens precisam, necessariamente, ter imagem, cada grupo poderia criar uma imagem de capa para a publicação do seu texto;
- publicar os textos em formato de e-book em PDF: para realizar essa possibilidade, após reunir todas as versões finais da produção, o(a) professor(a) deveria compilar e, junto aos alunos, definir uma capa e um design para o e-book. Posteriormente, o PDF pode ser colocado no drive e o link para o acesso pode ser disponibilizado no perfil da escola nas redes sociais ou no site da escola. Também é possível divulgar o link para esse e-book por meio de códigos QR espalhados na escola.

Sobre os critérios para a correção dessa atividade, recomendamos os seguintes:

- Ortografia, adequação vocabular e estrutura sintática (peso 1)
- Abordagem do tema solicitado (peso 1,5)
- Adequação ao gênero solicitado (peso 3)
- Argumentação coerente e clara (peso 3)
- Estrutura textual (coesão micro e macroestrutural) (peso 1,5)

20

Fonte: A autora (2023).

6. Considerações finais

Diante da importância do domínio da competência argumentativa para as interações sociais nos campos da vida pública, privada e profissional, as quais se dão de formas cada vez mais multimodais e multimidiáticas, entende-se a necessidade de pesquisas que se prestem a refletir acerca desses processos, com vistas à potencialização de propostas e perspectivas de abordagem desses aspectos na escola, principal instituição responsável pelo letramento e pela formação cidadã.

É nesse contexto que esta pesquisa se coloca e propõe uma reflexão acerca do ensino de usos da língua e modos de funcionamento da linguagem em práticas discursivas que ampliem os multiletramentos e a capacidade argumentativa dos estudantes do Ensino Médio. Para tanto, recorreremos à

escolha de um gênero argumentativo prototípico e tradicionalmente abordado na escolaridade básica, o artigo de opinião, a partir do qual analisamos os modos de funcionamento da linguagem no que tange à argumentação para, assim, desenvolver formas de ampliação da competência argumentativa dos estudantes em práticas de linguagem que constituem a sociedade contemporânea na esfera jornalística, tanto a partir desse gênero, quanto a partir de outros.

Para realizar isso, recorreremos à investigação de estratégias de ensino, culminando na proposição de um protótipo didático que abarca o trabalho com os multiletramentos e com a argumentação, utilizando textos multimodais da cultura midiática. Assim, esperamos contribuir com subsídios didáticos para que os professores, sejam da rede privada ou da rede pública de ensino, possam complementar o trabalho por eles já realizado. Esse material didático é pensado de modo a servir como uma alternativa mais acessível, atualizada e moldável que os usuais livros didáticos e, paralelamente, menos onerosa que a produção de um material didático na íntegra pelos professores, os quais já acumulam demandas excessivas. Além disso, o protótipo se destaca por ser uma ótima ferramenta de integração das TDIC e do desenvolvimento dos multiletramentos.

Apesar da intenção de tornar a proposta o mais exequível possível, por meio da opção pela produção de atividades que, ao mesmo tempo em que fossem multimodais e articulassem mídias diversificadas, também utilizassem, por outro lado, recursos de fácil acesso e operação, é preciso reconhecer que a utilização de protótipos nas salas de aula brasileiras esbarra em algumas limitações, especialmente de ordem estrutural. Sabemos que, por mais que as TDIC estejam cada vez mais integradas às atividades cotidianas, elas ainda estão longe de integrar de maneira efetiva o cotidiano das escolas brasileiras, sobretudo no contexto da educação pública, o que acontece em função de fatores políticos, econômicos e sociais.

Nesse sentido, solucionar esse problema é um desafio multidisciplinar e que perpassa, principalmente, a participação ativa das instâncias governamentais por meio da criação, expansão e implementação de políticas públicas efetivas. A nós, docentes pesquisadores, cabe, porém, a produção de materiais como o proposto neste trabalho, tendo em vista que ter à disposição materiais de qualidade que demandem a presença das tecnologias na escola

pode ser, também, uma forma de pôr em relevância a necessidade de investir e implementar as TDIC na educação.

REFERÊNCIAS

ANJOS, T. B. **O desenvolvimento de competências argumentativas no ensino fundamental**: diferentes tipos de argumentos em textos de opinião de estudantes do 5º ano. Orientadora: Marcela Regina Vasconcelos da Silva Nascimento. 2019. 118p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, Departamento de Letras, Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2019.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Paulo Bezerra (Organização, Tradução, Posfácio e Notas); Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRAKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: revisitando o eu no exercício da (re)significação do outro. In: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula**: praticando os PCN. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Mercado d Letras, 2000.

BOFF, O. M. B.; KOICHE, V. S.; MARINELLO, A. F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=15> Acesso em: 25 fev. 2023.

CAZDEN et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos**: desenhando futuros sociais. Org. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, M. R. V. S. **A construção do sentido em dissertações argumentativas**: ressignificando a produção escrita no ensino médio. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 291p. 2015a.

NASCIMENTO, M. R. V. S. **Argumentação no ensino médio**: a construção da dissertação argumentativa. Recife: Pipa Comunicação, 2015b.

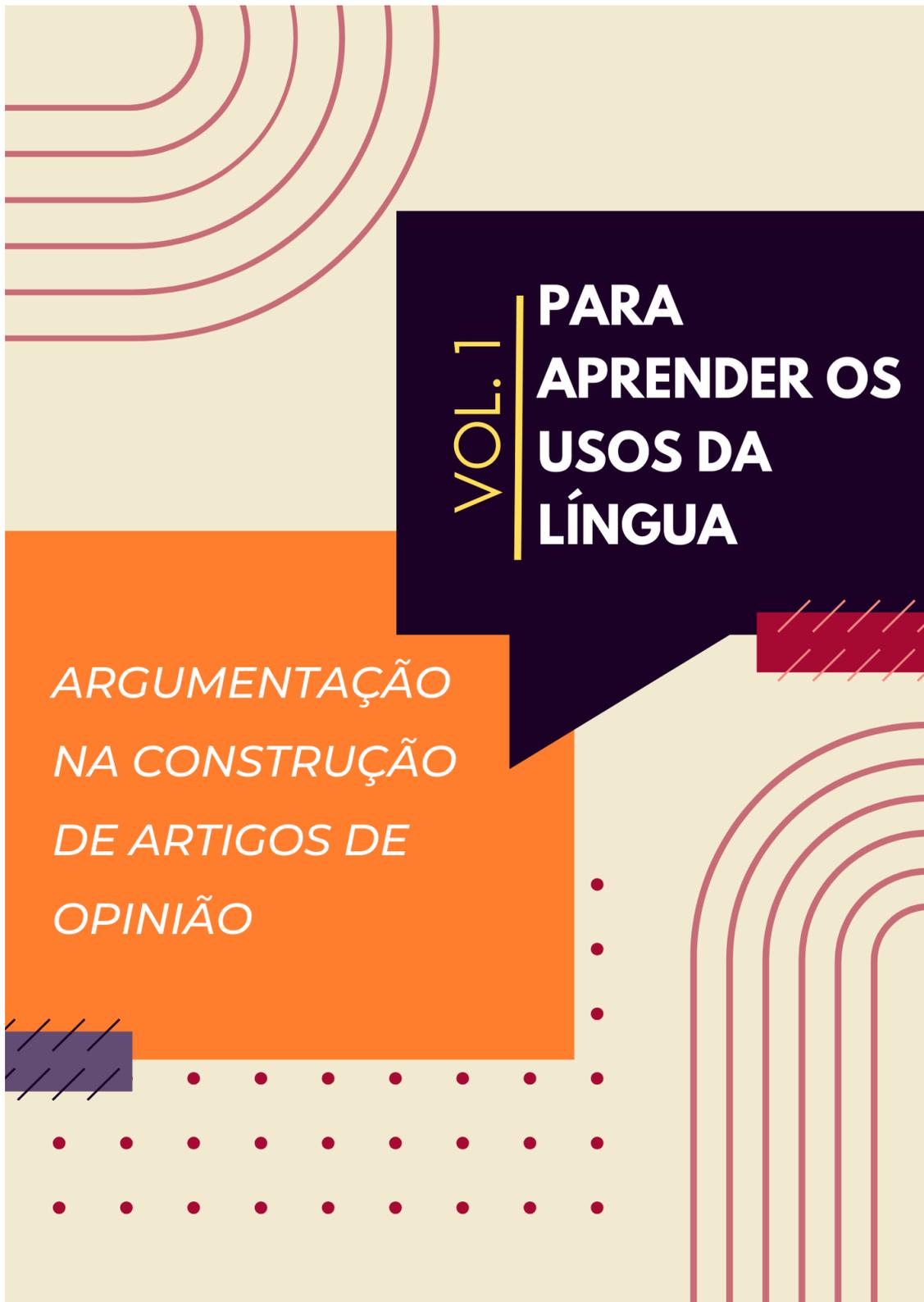
ROJO, R. Novos multiletramentos e protótipos de ensino: por um web-currículo. In: CORDEIRO, G. S.; BARROS, E. M. D.; GONÇALVES, A. V. **Letramentos, objetos e instrumentos de ensino: gêneros textuais, sequências e gestos didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017b.

ROJO, R. **Pedagogia dos multiletramentos**. In: ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 11-31, 2020.

ROJO, R H R (Org.) **Escol@ conectad@**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 13-36

ROJO, R. Entre Plataformas, ODAs e Protótipos: Novos multiletramentos em tempos de WEB2. **The ESpecialist**, [S. l.], v. 38, n. 1, 2017b. DOI: 10.23925/2318-7115.2017v38i1a2. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/32219>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SANÍN, J. R.; KROOK, M. L. Género y violencia política en América Latina: conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, Cidade do México, v. 23, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.politicaygobierno.cide.edu/index.php/pyg/article/view/737>. Acesso em: 25 mar. 2023.



Apresentação

Caros professores e estudantes,

Este protótipo é um material digital adaptável e interativo, desenvolvido especialmente para vocês, com a intenção de propor leituras e atividades que possibilitem o desenvolvimento das habilidades linguísticas e, sobretudo, da capacidade de opinar e argumentar, dois movimentos importantíssimos para a interação e para o exercício da cidadania.

Para que isso seja possível, esse material possui 5 unidades nas quais vocês terão contato com textos de diferentes linguagens e mídias - vídeos, músicas, podcast, notícias, *tweets*, artigos de opinião, etc -, farão pesquisas e discussões, produzirão peças textuais diversas.

Todas essas atividades serão guiadas por um eixo temático bastante atual e pertinente: a violência política de gênero, uma triste realidade que reflete as desigualdades e preconceitos que ainda se perpetuam na nossa sociedade. Desse modo, poderemos refletir sobre essa problemática, entendendo seus impactos, suas origens e suas consequências, para que, identificando-as, possamos propor ações no sentido de alterar essa realidade.

Por fim, esperamos que vocês possam aproveitar e aprender muito com esse material!

Excelente trabalho para vocês! 😊

Índice

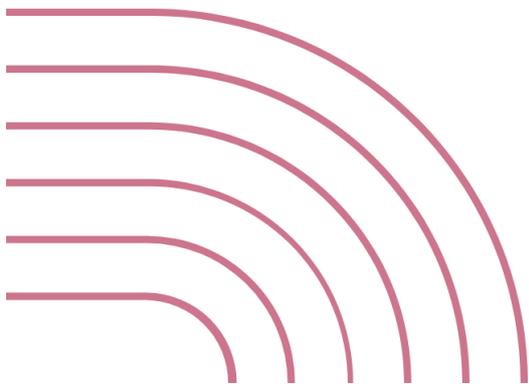
Unidade 1. Desigualdade de gênero (na política) p. 01

Unidade 2. Para quê e como argumentar? p. 08

Unidade 3. Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião p. 11

Unidade 4. Colocando a mão na massa p. 16

Anexos p. 17



UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?



Abaixo encontra-se uma propaganda que circulava na década de 1950 de uma marca de roupas masculinas. Observe os elementos que a constituem e discuta:



Disponível em: <https://www.entrepreneur.com/growing-a-business/this-amazing-project-roasts-crazy-sexist-vintage-ads/307684>

1. Como a imagem feminina é construída nessas peças publicitárias? E a imagem masculina?
2. Qual a implicação social disso?
3. Quais são as funções atribuídas às mulheres? E aos homens?
4. Propagandas como essa refletem valores de um determinado contexto social, histórico e cultural. Esses valores ainda reverberam na nossa sociedade? Como?

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?

Em 2019, um artista libanês chamado Eli Rezkallah recriou essas propagandas sexistas, construindo uma série de imagens chamada “Em um Universo Paralelo” (em inglês, "In a Parallel Universe"). Observe como o artista redesenhou a imagem acima e discuta:



Disponível em: <https://www.entrepreneur.com/growing-a-business/this-amazing-project-roasts-crazy-sexist-vintage-ads/307684>

1. O que mudou dessa versão para a versão anterior?
2. Como a imagem feminina é construída nessas peças publicitárias? E a imagem masculina?
3. Quais são as funções atribuídas às mulheres? E aos homens?
4. Por que essa inversão de papéis pode causar estranheza?

Q CONECTANDO SABERES X

Além dessa propaganda, Eli Rezkallah recriou diversas peças publicitárias que apresentavam um discurso sexista invertendo os papéis de gênero. Para ver suas outras artes, [clique neste link](#) para ser redirecionado ao site 😊

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?



Assista ao web clipe da música "Desconstruindo Amélia" da cantora Pitty clicando no link abaixo e, após discutir suas impressões com seus colegas, responda ao que se pede.



Essa música dialoga com uma outra canção chamada "Ai que saudade de Amélia", de Ataulfo Alves e Mário Lago. Essa canção porém, apresenta uma Amélia muito diferente daquela cantada por Pitty. Ficou curioso? Escaneie o código QR acima e escute!



1. Qual a temática central de que a música trata?
2. A música se refere, desde o título, a uma personagem: Amélia. Quem é essa mulher? Como ela é caracterizada?
3. A partir do verso "E eis que de repente ela resolve, então, mudar", Amélia passa a ser diferente. O que muda nessa personagem? Quais as possíveis motivações para essa mudança?
4. Nos últimos dois versos do refrão, Pitty canta: "Já não quer ser o outro/Hoje ela é o também". O que significa ser "o outro", nesse contexto? E o que significa ser "o também"?
5. No decorrer da música, percebe-se que as atividades desempenhadas por Amélia são sempre restritas ao campo privado (cuidar dos filhos, arrumar a casa, etc). Na sociedade atual, as atividades desempenhadas pelas mulheres também se restringem a esses espaços? Por quê?

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos

Aqui no Brasil, as mulheres começaram a ter direitos políticos a partir do ano de 1932, quando conquistaram o direito de votar e de serem votadas. Essa conquista só pôde acontecer com a luta de muitas mulheres espalhadas pelo país que, dentro das suas possibilidades, mobilizaram os recursos que tinham em prol dessa causa. Você conhece alguma dessas mulheres? Que tal conhecê-las?



Acesse esse código QR para ser direcionado para o site TSE Mulheres, no qual você poderá acessar informações e dados sobre a participação feminina na política brasileira.



Fonte: A autora

Pesquisando na net

Em grupos de 3 ou 4 alunos, pesquise se na sua cidade/estado/região do Brasil há mulheres que lutaram/lutam pelos direitos políticos femininos e procure o nome dessas mulheres, suas histórias, quais atividades desempenhavam e como impactaram o cenário dessa luta. Com os resultados da sua pesquisa em mãos, se junte aos demais colegas e construam coletivamente um painel no Padlet com as informações sobre essas importantes figuras femininas locais. Compartilhe esse painel no site da escola e/ou crie um código QR e cole em locais estratégicos na sua escola para que mais pessoas possam conhecer essas mulheres!



UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Entendendo a temática: Mulheres nos espaços de poder e a violência política

Como vimos, com o passar do tempo e através da luta de muitas mulheres ao redor do mundo, os papéis de gênero têm se alargado, ainda que de maneira desigual se considerarmos o recorte geográfico, racial, sexual e econômico das mulheres envolvidas. Dessa forma, em muitos países, já é uma realidade, em maior ou menor grau, a participação feminina na política.

A história dessa participação é marcada por muita luta para o reconhecimento de sua cidadania e para a conquista de seus direitos cívicos. Esses direitos vão além do voto, apenas, e perpassam, sobretudo, a presença efetiva das mulheres em instâncias de poder como senadoras, deputadas, ministras, prefeitas, presidentas, etc. Nesse sentido, nas últimas décadas, houve a criação de diversas leis de incentivo e garantia de uma representação política mais equitativa e igualitária, com o objetivo de garantir o fortalecimento da cidadania e o aumento da possibilidade de que os interesses de todas(os) as(os) cidadãs(os) fossem refletidos nas políticas públicas.

Apesar dessas medidas fortalecerem o sistema democrático e, por isso, serem, em teoria, do interesse de toda a sociedade, há resistência e reação por parte de alguns grupos sociais à integração política feminina. Esse movimento se materializa por meio de **violências e abusos físicos, psicológicos, simbólicos ou econômicos contra mulheres** envolvidas no campo público de todos os setores políticos com a intenção de coagi-las, silenciá-las ou retirá-las desses espaços de poder e liderança. A esse fenômeno que acontece no mundo todo, dá-se o nome de **violência política de gênero**.

Sabemos que o âmbito da política pode ser um espaço hostil para as pessoas envolvidas, sejam homens ou mulheres, no entanto, é importante compreender que as experiências de violência para ambos os sexos são, ao mesmo tempo, similares e distintas.



Imagem retirada de banco de imagem online



Acesse esse código QR para saber mais sobre o tema assistindo ao vídeo "Violência Política de Gênero" da série "Eleitas" do canal do Youtube da Quebrando Tabu.

Se parecem, porque, de uma maneira geral, as violências que acontecem nesse campo, são voltadas a atingir a integridade (física e/ou moral) e a credibilidade de atores políticos; e diferem pois, no caso das mulheres, elas acabam sendo vítimas não só por divergências de interesses e posicionamentos políticos, mas também pelo desconforto que a presença feminina em espaços de poder causa dentro de uma **lógica patriarcal**.

Nesse sentido, a violência política baseada em gênero é um conceito mais amplo que a violência política ou eleitoral, apenas, tendo em vista que, no primeiro caso, as candidatas e ativistas são, com frequência, vítimas de violência política por **serem mulheres**.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

Em 2010, mais de 70 anos após a conquista dos direitos políticos plenos - isto é, dos direitos de votar e de se candidatar a cargos públicos - a primeira mulher chegou à presidência do Brasil. Dilma Rousseff foi, ainda, reeleita em 2014, com 51,64% das urnas no segundo turno. Durante seus mandatos, Dilma foi vítima de ataques misóginos e de violência política de gênero de diversas formas diferentes, culminando, inclusive, na sua destituição, realizada sem fundamento legal.

Observe e faça a leitura das duas capas de revista a seguir, a primeira de 2016, veiculada durante o segundo mandato da ex-presidenta Dilma e a segunda de 2019, veiculada durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro:



Disponível em:
https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/



Disponível em: <https://istoe.com.br/edicao/2601/>

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

1. O que a feição dos presidentes em cada capa comunica? A escolha das fotos foi intencional?
2. Como a ex-presidenta Dilma é representada na capa a partir dos elementos imagéticos e textuais? E o ex-presidente Bolsonaro?
3. Qual texto chama mais atenção em cada capa? Qual o impacto que eles trazem ao leitor?
4. Quais são os estereótipos sobre o feminino que são fortalecidos pela primeira capa? Quais elementos os fortalecem?
5. O que representa a figura do leão como um animal selvagem? Qual o efeito de sentido a edição dessa imagem com o rosto do ex-presidente causa?
6. O descontrole dos dois ex-presidentes é retratado da mesma forma? Cite elementos linguísticos e visuais que corroboram sua resposta.
7. As duas capas se referem a casos em que a pessoa que estava na presidência apresentou um comportamento descabido em determinada situação. Apesar dos fatos serem parecidos, eles são comunicados de maneira semelhante?
8. Considerando o que temos discutido, você acha que esse é um exemplo de violência política de gênero? Por quê?



CONECTANDO SABERES



Cada uma dessas capas tem uma matéria específica no jornal a qual ela remete. Assim, para entender mais profundamente o que aconteceu em cada situação e como o jornal noticiou, recomendamos que você leia essa matéria que deu origem às capas. [Acesse a matéria da primeira capa aqui](#) e da [segunda aqui](#).

Convencendo pela linguagem

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?



Agimos por meio da linguagem em todas as atividades e situações sociais em que estamos inseridos e uma das ações que mais realizamos é a ação sobre o outro, isto é, o convencimento. Um exemplo do uso da linguagem para o convencimento são as propagandas.



Vamos assistir um exemplo de publicidade para observar como isso acontece. Veja o reels abaixo clicando na imagem ou lendo o código QR.



1. Qual o objetivo desse vídeo? De quais recursos ele se utiliza para chegar nesse objetivo?
2. É mais provável que a escolha da influencer Bianca Andrade para protagonizar o vídeo tenha sido por acaso ou tenha seguido algum critério? Qual poderia ser uma justificativa plausível para essa decisão da marca de cosméticos?
3. Esse tipo de postagem em que um influenciador digital apresenta um produto no seu perfil pessoal em determinada rede é comumente conhecida como publipost. Em que esse tipo de publicidade se diferencia das peças publicitárias tradicionais?
4. Qual desses dois tipos de publicidade é mais efetiva entre a parcela da população mais conectada à internet? Por quê?



Entendendo a argumentação: os tipos de argumentos

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?

A argumentação é o procedimento através do qual nos utilizamos de argumentos para sustentar uma opinião, um ponto de vista, uma tese etc, na intenção de convencer o outro a quem nosso discurso se dirige da validade daquilo que estamos dizendo. Quando argumentamos, procuramos sempre fazer com que esse outro acate e tome como verdade aquilo que colocamos ou, ainda, que ele execute determinada ação (como vimos no exemplo da seção anterior, em que a intenção da argumentação era convencer alguém de comprar algo).

Há várias formas de realizar esse procedimento, mas os tipos mais comuns de argumentos são quatro: **os argumentos de autoridade, por evidência, por exemplo e de causalidade**. Cada um desses argumentos, se bem estruturados e argumentados nos textos, podem garantir uma argumentação forte e convincente.

1

ARGUMENTO DE AUTORIDADE

é aquele em que se evoca o discurso de terceiros, normalmente com conhecimento especializado sobre o assunto, autoridade e credibilidade socialmente reconhecida, para validar um ponto de vista.



2

ARGUMENTO POR EVIDÊNCIA

é relacionado à lógica quantitativa e se constrói a partir de referências a dados estatísticos divulgados por institutos reconhecidos e com credibilidade na intenção de tornar a ideia defendida irrefutável.



3

ARGUMENTO POR EXEMPLO

é aquele em que se traz casos particulares, isto é, um relato concreto, normalmente do âmbito social, com objetivo de reforçar ou validar a ideia que está sendo defendida



4

ARGUMENTO DE CAUSALIDADE

é aquele em que se defende um ponto de vista a partir do levantamento das possíveis causas de determinado problema.



09

Os argumentos funcionando no texto

UNIDADE 2: PARA QUÊ
E COMO
ARGUMENTAR?



Já vimos um exemplo do uso da argumentação para motivar alguém a uma ação, vejamos agora o uso dos tipos de argumento acima listados para convencer alguém sobre determinado ponto de vista.

Leia o texto abaixo clicando no link ou realizando a leitura do QRCode



1. Qual o ponto de vista defendido pela autora? Ela consegue defendê-lo adequadamente? Por quê?
2. Qual(is) a(s) vantagem(s) do reconhecimento por lei da violência política de gênero?
3. De que forma a dominação masculina está relacionada à violência política de gênero?
4. Por que é mais difícil para mulheres se candidatarem?
5. Indique um exemplo de argumento de cada tipo estudado (por exemplo, por evidência, de causalidade e de autoridade).

UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

Opinião X fato: é tudo a mesma coisa?

Um exemplo brasileiro...

O título de primeira-dama de um país vem sempre carregado de estigmas e expectativas e, naturalmente, atrai a atenção nacional. Não é diferente com a esposa do presidente atual, Rosângela Lula da Silva, popularmente conhecida como Janja. Desde antes do início do mandato a sua postura ativa e presente em relação à política sempre foi motivo de discussão, o que se estende até agora. Vamos ver um exemplo das discussões que giraram em torno dessa figura?



Acessando o link abaixo ou o código QR você será direcionado para o site do jornal online Exame, onde deverá ler a notícia com atenção, para, em seguida, observar o que se pede.



1. De quê o texto trata? Qual o seu propósito?
2. Ao ler o texto, você identifica mais trechos opinativos ou informativos? Como você os identifica?
3. Há, nesse texto, alguma valoração positiva ou negativa quanto ao “protagonismo” de Janja nas atividades do governo? A partir de quais aspectos ou trechos do texto você percebe isso?
4. A notícia afirma que Janja promete “dar um novo significado para o papel de primeira-dama”. Qual significado esse papel teria? Como ele se constrói no imaginário coletivo?
5. A partir da leitura do texto, como Janja tem ressignificado esse papel?
6. Será que todas as pessoas concordam com a figura de uma primeira-dama mais ativa?

UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

Opinião X fato: é tudo a mesma coisa?



A participação de Janja gerou discussões acerca do papel da primeira-dama e muito se falou sobre a adequação de uma participação tão ativa dessa figura. Veja abaixo um trecho do jornal GloboNews em que a comentarista Eliane Cantanhêde fala sobre o fato noticiado que acabamos de ler.



1. A jornalista afirma que “Há um incômodo com o excesso de espaço que a Janja vem ocupando”. Quem se incomoda com esse excesso de espaço? Ela explicita isso? Por que?
2. Cantanhêde parece enxergar positivamente ou negativamente a participação da Janja? Por quê?
3. Por que a jornalista diz que Ruth Cardoso era um bom exemplo de primeira-dama?
4. Cantanhêde diferencia Ruth Cardoso de Janja Lula, embora às compare do ponto de vista da formação e da trajetória. Para Cantanhêde, o que diferenciaria uma da outra?
5. Ao falar das ex-primeiras-damas, Cantanhêde cita alguns exemplos. Como ela avalia cada primeira-dama?

UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

Dois lados de uma mesma moeda



O comentário de Cantanhêde gerou uma polêmica, isto é, uma discussão, acerca da participação de Janja no governo e, em última análise, também sobre a participação política feminina. Observe os tweets selecionados e responda.



Imagem 1

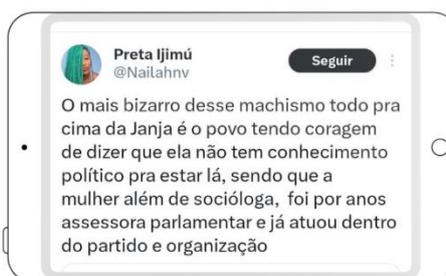


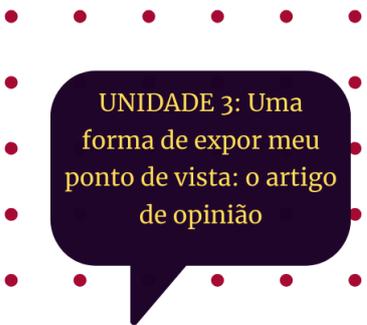
Imagem 2



Imagem 4



Imagem 3



UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

Dois lados de uma mesma moeda



1. As publicações acima concordam ou discordam do ponto de vista de Cantanhêde? O que justifica sua resposta?
2. Quais são os argumentos utilizados por cada um dos autores dos tweets para sustentar seu ponto de vista?
3. O que eles refutam na fala de Cantanhede?
4. Na publicação de @felipeneto (imagem 4) e @Nailahnv (imagem 2), como eles defendem que a Janja deve participar das atividades políticas? Qual o efeito de sentido que citar a formação dela traz?
5. Por que na sua publicação Dilma (imagem 1) afirma que a fala é preconceituosa?
6. A opinião veiculada em cada publicação foi sustentada adequadamente pelo(s) argumento(s) utilizado(s)?
7. Você concorda ou discorda dos pontos de vista apresentados? Imagine que você também vai expor sua opinião no Twitter e escreva um breve comentário argumentativo expondo sua opinião.

UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

O artigo de opinião



Quase sempre temos o que dizer acerca das coisas que acontecem ao nosso redor. Nesse sentido, quando precisamos nos comunicar de modo a nos posicionar, expondo e defendendo nosso ponto de vista para convencer o outro sobre a sua validade, nós podemos recorrer a uma construção textual específica: **o artigo de opinião**.

Observe um exemplar desse gênero, postado no site da revista Carta Capital, através do link na imagem abaixo ou do código QR.



1. A partir da leitura desse texto, qual a opinião da autora acerca do tema?
2. Por que a presença de mulheres na política gera incômodo?
3. Logo no início do texto, a autora afirma que o Brasil é uma “zona de guerra para mulheres”. De que ela se utiliza para sustentar essa afirmação? Qual o efeito de sentido esse recurso causa?
4. Ao longo do texto ela cita diversos exemplos de casos reais de violência política de gênero. A que esses exemplos se prestam? Eles fortalecem a defesa do ponto de vista dela? De que forma?
5. No final do texto, a autora afirma que a violência política de gênero afeta e dilacera a democracia como um todo. Por que ela afirma isso? Você concorda com essa afirmação?
6. Na página do site, após o final do texto, há a apresentação da autora. Quais informações são trazidas? Qual a função de apresentá-las?

Qual a sua opinião?

Unidade 4. Colocando a
mão na massa



Agora que refletimos bastante sobre a temática e estudamos uma das formas de expressar e defender o seu ponto de vista por meio do texto escrito, convidamos você a finalizar o trabalho com esse protótipo produzindo o seu próprio artigo de opinião a partir da temática abordada.

Em duplas, vocês deverão **articular os conhecimentos de mundo e os conhecimentos linguísticos** na produção de um Artigo de Opinião por meio do aplicativo do Google Docs.

Depois de produzidos, os artigos deverão ser **publicados em um site construído pela própria turma** e, posteriormente, divulgado nas redes da escola.



Fonte: A autora

Anexos

01 "Janja", futura primeira-dama, assumiu a batuta da posse de Lula - "Dia 1º de janeiro vai começar com muita alegria e terminar com muita alegria. Por isso a gente está trabalhando, para que esse dia seja alegre e feliz para todos", disse Janja | 30.12.2022 - Exame

A futura primeira-dama, Rosângela da Silva, conhecida como "**Janja**", organizou nos mínimos detalhes a cerimônia de posse do marido, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para que Brasília viva, no próximo domingo, 1º, uma "grande festa popular".

"Dia 1º de janeiro vai começar com muita alegria e terminar com muita alegria. Por isso a gente está trabalhando, para que esse dia seja alegre e feliz para todos", disse Janja, durante uma coletiva de imprensa no começo de dezembro.

Durante a campanha, esta socióloga de 56 anos já tinha organizado eventos reunindo artistas em apoio a Lula, de 77.

E desde a vitória do marido sobre o presidente Jair Bolsonaro, em outubro, Janja tem sido um dos rostos mais visíveis da equipe de transição de Lula.

Ela tem estado presente em quase todas as aparições públicas do marido em Brasília e dado coletivas de imprensa sobre a posse. Um protagonismo pouco habitual para a esposa de um chefe de Estado brasileiro.

Na posse de Bolsonaro, há quatro anos, a primeira-dama, Michelle, adotou um perfil mais baixo, embora tenha impressionado com um discurso em libras (linguagem brasileira de sinais) para a multidão reunida em frente ao Palácio do Planalto.

Como coordenadora da posse, Janja começa a cumprir uma promessa: de dar um novo significado para o papel de primeira-dama.

"Vamos fazer uma grande festa popular, o Festival do Futuro, além dos atos institucionais", com cerca de 30 shows, anunciou.

A programação musical é deliberadamente eclética, com astros do pop, como Pablo Vittar; lendas do samba como Martinho da Vila; e a cantora indígena Kaê Guajajara.

Todos estes artistas que vão participar da posse têm uma coisa em comum: estão profundamente comprometidos com a esquerda e participaram da campanha de alguma forma, explicou Janja.

Os shows serão distribuídos em dois palcos, nomeados em homenagem a duas grandes cantoras brasileiras falecidas este ano: Elza Soares, morta em janeiro, e Gal Costa, em novembro.

Além de coordenar os trabalhos, Janja está atenta a cada detalhe da cerimônia. Por exemplo, conseguiu limitar o ruído que poderia incomodar pessoas com autismo e animais, como a tradicional salva de 21 tiros de canhão. Esta formalidade não ocorrerá em 1º de janeiro.

Seu amor e cuidado com os animais poderia trazer mais novidades: Resistência, uma cadelinha que Janja adotou enquanto Lula estava preso, e que atualmente vive com o casal, poderia acompanhar o presidente ao subir a rampa do Planalto, revelou a futura primeira-dama em uma entrevista em novembro.

Anexos

- 01** A hora em que Lula vai cumprimentar a multidão dali, após ser empossado no Congresso Nacional, também foi escolhida cuidadosamente.
"A gente espera começar por volta das 17h, porque a gente quer contar com o belo pôr-do-sol de Brasília para termos lindas imagens", disse Janja.
A futura primeira-dama multiplicou as publicações nas redes sociais sobre os shows, com pedidos para doações para este festival, que será financiado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e custará cerca de R\$ 8 milhões.
Os custos dos atos institucionais, ao contrário, serão pagos pelo Estado.

Anexos

02 Violência de gênero na política: Precisamos refletir também sobre o porquê de mulheres não se candidatarem - Por Maria Rassy | 09.03.2022 - Estado de Minas

O Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem, além de comemorar as conquistas das mulheres ao longo dos últimos séculos, é um dia de manifesto sobre a desigualdade e violência de gênero que persiste em todo o mundo. E, em ano eleitoral, não podemos deixar de abordar a violência política de gênero, reconhecida recentemente no Brasil como crime eleitoral (Lei 14.192/21), com efeitos válidos para as eleições de 2022 e que pode resultar em penas de um a quatro anos de prisão.

A violência política de gênero inclui todas as ações violentas contra mulheres na disputa do poder político. Seja nos partidos, durante a campanha eleitoral, nos movimentos sociais, no exercício do mandato ou até mesmo após a entrega do cargo. Assim como a violência doméstica, ela se manifesta de várias formas: material, psicológica, física, sexual e moral.

Alguns exemplos dessa prática: uma vereadora teve seu microfone cortado ao defender a participação feminina na política; na CPI da COVID-19, uma senadora foi interrompida em sua fala; outra vereadora de SP foi perseguida por um homem dentro da Câmara; outras já foram assassinadas e são ostensivamente ameaçadas. Além disso, invariavelmente, mulheres que ocupam cargos políticos são insultadas nas redes sociais.

Em campanha ou eleitas, não importa o partido, mulheres sofrem com ameaças, xingamentos, questionamentos sobre a vida privada, aparência física e desmerecimento. Isso é crime. A Lei 14.192/21 cita que: estão proibidas a discriminação e a desigualdade em todas as instâncias de representação política e no exercício de funções públicas. Deverá ser punida, com pena de 1 a 4 anos de reclusão e multa, qualquer ação que impeça ou restrinja os direitos políticos das mulheres nos partidos e movimentos sociais, durante a campanha eleitoral ou ao longo do mandato. E, ainda, a lei estipula agravantes como a divulgação de notícias falsas, discriminação à condição de mulher por cor, raça ou etnia; calúnia, injúria e difamação em propaganda eleitoral. Neste ano, os partidos políticos devem incluir em seu estatuto regras de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

A violência é resultante da dominação masculina, da desigualdade de gênero e intimida a participação de mulheres na política. No ano em que celebramos 90 anos da conquista do voto feminino, representamos 52,5% do eleitorado do país. Porém, nós, mulheres, ainda somos sub-representação nos palanques. Estamos em ano eleitoral e, segundo levantamento, 14 das 27 unidades da Federação não têm uma mulher sequer cotada para a disputa ao governo do estado. Além disso, as mulheres ainda têm dificuldades para chegar à posição de dirigentes partidários (cerca de 90% são homens) e quando estão nos partidos o acesso aos recursos é restrito.

Não basta os partidos “caçarem” mulheres para o cumprimento de cotas. Precisamos refletir também sobre o porquê de mulheres não se candidatarem. Tripla jornada, violência, assédio e as barreiras sociais são enormes impedimentos. Desejo que todos reflitam sobre a importância da representatividade política de mulheres e como faremos essa transformação social tão necessária.

Anexos

03

Violência política contra as mulheres: O corpo da mulher na política, com sua potência de germinação de novos mundos, gera um incômodo. - Por Ana Paula Lemes de Souza | 16.08.2022 - Carta Capital

O Brasil é uma verdadeira zona de guerra para as mulheres. O país ocupa a quinta localidade do mundo com maior número de casos de violência de gênero, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Tal violência se desdobra de inúmeras maneiras e uma delas é a violência contra mulheres na política.

A construção da pólis é um lugar historicamente patriarcal. A separação grega entre pólis e oikos informa que mulheres ficariam restritas ao regime da economia do lar, a oikonomia, enquanto aos homens era permitido exercer a política. As mulheres que ousaram ultrapassar essa linha divisória, enfrentando a tarefa da construção da pólis, ainda hoje, enfrentam muitas violências.

Quando elas, usando os seus corpos e as suas vozes, passaram a acessar os espaços de representação, notadamente quando construídos coletivamente e por lutas populares, o padrão hegemônico do poder político, branco, colonizador, coronel, caudilho, começa a ruir.

Um caso recente, que ganhou repercussão, foi a violência política contra as parlamentares mineiras Beatriz Cerqueira (PT), Andreia de Jesus (PT) e Duda Salabert (PDT), enviadas pelo e-mail institucional de um vereador do município Mário Campos, MG, mostrando outras nuances da violência de gênero.

Num linguajar vulgar e através de um texto mal redigido, a mensagem às parlamentares estava repleta de ofensas de cunho transfóbico à vereadora Duda Salabert e de cunho misógino às deputadas Beatriz Cerqueira e Andreia de Jesus. “Mulher precisa é de um 38 carregado e muito tapa na cara pra aprender a ter vergonha. Vão pilotar fogão suas bruacas” — dizia o recado.

As mulheres, ocupando um espaço de poder e incorporando em seus corpos narrativas disruptivas de lutas populares que os mandatos delas representam, incomodaram. E incomodaram tanto que despertaram o ódio misógino materializado no recado. Alguma linha divisória tinha sido ultrapassada. Ao saírem do fogão para “pilotarem” o futuro da nação tinham ido “longe demais”.

Esses, obviamente, esse não é um caso isolados. Os ataques englobam diferentes espectros políticos. A interdição da fala e a ridicularização do discurso são comuns no cotidiano parlamentar. Neste ano, a deputada federal Celina Leão (Progressistas-DF) foi intimidada durante a sessão por um colega que deu um tapa na mesa durante a leitura do relatório da PEC Kamikaze. Em seguida, ela perguntou: “Faria isso com um homem?”.

No estudo “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”, da doutora Tássia Rabelo de Pinho (UFPB), apurou-se que, em 20 anos, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados teve ouvidos moucos: nunca acolheu uma representação de deputadas mulheres vítimas de violência política de gênero dentro do Congresso.

Anexos

02

Recentemente, os ataques aumentaram o tom. A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e a ex-deputada estadual do Rio Grande do Sul, Manuela d'Ávila (PCB-RS), passaram por situações semelhantes a das parlamentares mineiras. Sâmia foi chamada de “vadia” e “parasita”, recebendo o recado: “Vamos te estuprar e te matar”. Manuela foi chamada de “quenga”, “vagabunda”, “vadia” e na sequência ameaçada: “Vou te estupra”.

O estupro, como os feminismos há muito ensinaram, não se liga a um ato de desejo, mas é fundamentalmente ato de poder. Não por acaso violências de gênero dessa estirpe são comuns na história política de Bolsonaro, como quando afirmou para a então colega parlamentar, a deputada federal Maria do Rosário: “Não te estupro porque você não merece.

O crime contra as parlamentares é fruto direto do ódio, do discurso misógino e violento e da política armada de Bolsonaro e apoiadores. A comunicação bolsonarista é construída para ser violenta, alimentando o ódio e favorecendo a agressão, funcionando como pólvora nesse caldeirão.

Em um país em que várias lideranças mulheres têm sido alvo de ameaças políticas, com nítido recorte de gênero, a escalada de violência política contra as mulheres é um tema de extrema relevância.

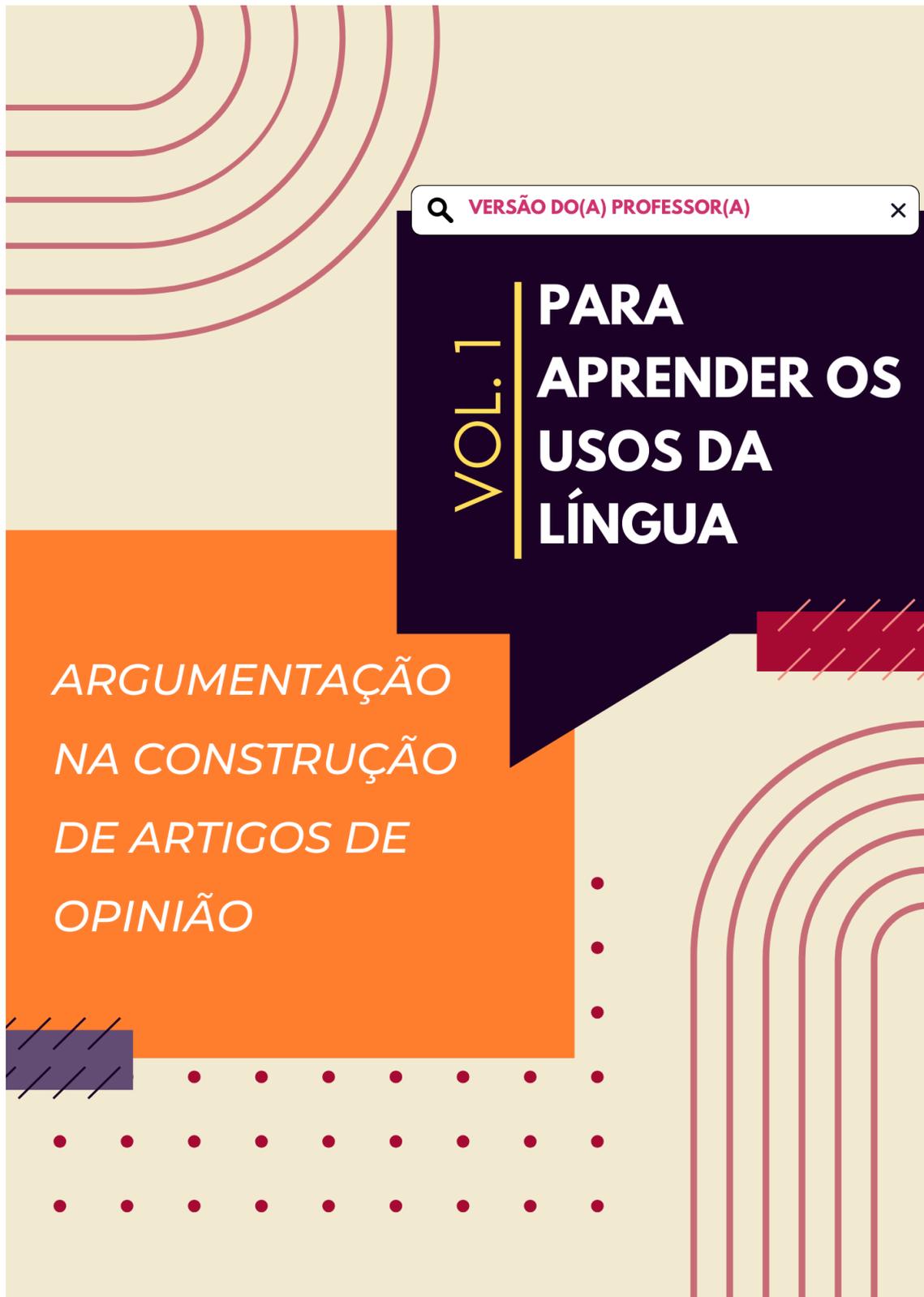
Conforme a pesquisa acima citada, apesar da histórica violência contra mulheres na política brasileira, medidas de combate têm avançado de forma vagarosa. Vale lembrar que somente recentemente, em agosto de 2021, foi prevista a punição para crimes de violência política de gênero contra candidatas e detentoras de mandato eletivo.

Nesse sentido, destaca-se o compromisso firmado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de enfrentar a violência política de gênero nas eleições de 2022, efetivando a recém aprovada lei n.º 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater esse tipo de violência.

As peças de comunicação foram estreladas pela atriz e embaixadora da ONU Mulheres, Camila Pitanga, e um canal de denúncias foi criado, diretamente para o Ministério Público Eleitoral, visando a coibir a violência de gênero e reescrever a história.

Trata-se de uma medida importante para a fiscalização pela sociedade. Os ataques machistas atingem não somente as parlamentares, mas afetam e dilaceram a democracia como um todo. Por isso, a violência política não pode e não será tolerada.

APÊNDICE B – PROTÓTIPO DIDÁTICO NA VERSÃO DO PROFESSOR



Apresentação

Caros professores e estudantes,

Este protótipo é um material digital adaptável e interativo, desenvolvido especialmente para vocês, com a intenção de propor leituras e atividades que possibilitem o desenvolvimento das habilidades linguísticas e, sobretudo, da capacidade de opinar e argumentar, dois movimentos importantíssimos para a interação e para o exercício da cidadania.

Para que isso seja possível, esse material possui 5 unidades nas quais vocês terão contato com textos de diferentes linguagens e mídias - vídeos, músicas, podcast, notícias, *tweets*, artigos de opinião, etc -, farão pesquisas e discussões, produzirão peças textuais diversas.

Todas essas atividades serão guiadas por um eixo temático bastante atual e pertinente: a violência política de gênero, uma triste realidade que reflete as desigualdades e preconceitos que ainda se perpetuam na nossa sociedade. Desse modo, poderemos refletir sobre essa problemática, entendendo seus impactos, suas origens e suas consequências, para que, identificando-as, possamos propor ações no sentido de alterar essa realidade.

Por fim, esperamos que vocês possam aproveitar e aprender muito com esse material!

Excelente trabalho para vocês! 😊

Aos professores

Prezados, bem vindos ao protótipo de ensino "Para aprender os usos da língua: argumentação na construção de artigos de opinião. A ideia desse projeto é auxiliar você e seus alunos no processo de ensino-aprendizagem da argumentação por meio do artigo de opinião. Propomos, então, uma série de atividades com variados gêneros textuais e mídias, sempre buscando utilizar os recursos da web.

Inicialmente, os objetivos de aprendizagem desse protótipo são: (1) Identificar e compreender a problemática da violência política de gênero, estabelecendo relações com aspectos sócio-histórico-culturais; (2) Realizar uma leitura crítica das peças textuais as quais têm acesso; (3) Compreender textos multimodais, articulando as múltiplas semioses na construção dos seus sentidos; (4) Produzir um texto opinativo, articulando adequadamente pontos de vista e argumentos que os sustentem. No entanto, convidamos você, professor(a), a ser coautor(a) desse material, acrescentando, alterando e adaptando as atividades, os textos e as propostas de produção de acordo com o perfil sócio-cultural da turma e de suas necessidades de aprendizagem particulares. Exatamente nessa intenção esse protótipo configura muita mais uma sugestão, uma possibilidade modificável, do que algo que deve ser imposto à turma.

Para utilizar esse protótipo, a ideia é que os alunos trabalhem de maneira colaborativa, em duplas ou trios, sempre com a disponibilidade de um aparelho eletrônico (preferencialmente tablet ou notebook) conectado a uma rede wi-fi. Não é necessário o download de nenhum aplicativo, mas é preciso que haja alguma forma de os alunos acessarem, via Web, os serviços google (Docs, Jamboard, Google Site etc).

Por fim, vale ressaltar que, nessa versão, além das atividades, constaram também explicações da proposta, sugestões de encaminhamentos e outras possibilidades de realização das atividades.

Excelente trabalho para vocês! 😊

Índice

Unidade 1. Desigualdade de gênero (na política) p. 01

Nesta unidade os estudantes devem ser levados a discutir e refletir criticamente acerca do tema transversal dessa proposta: a violência política de gênero. Para isso, iniciaremos na seção 1 e 2 discutindo os espaços designados ao feminino ao longo da história, observando através de peças publicitárias, de músicas e de uma pesquisa no site do Mulheres TSE e como as mulheres passaram a ocupar mais espaços, inclusive aqueles de poder político. Haverá, ainda, um texto explicativo e, por fim, uma atividade acerca de um caso de violência política de gênero em capas de revistas noticiosas.

Unidade 2. Para quê e como argumentar? p. 10

Na unidade 2 os estudantes devem ser levados a discutir e refletir criticamente acerca da dimensão argumentativa da linguagem, refletindo como esse procedimento ocorre em peças publicitárias e em um artigo de opinião. Devido a impossibilidade de tratar de todas as formas de argumentar, optamos por focalizar em 4: os argumentos por exemplo, por evidência, de causalidade e de autoridade, escolhidos e explicados com base em Anjos (2019) e Fiorin (2022[2015]).

Unidade 3. Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião p. 10

Na unidade 3 os estudantes devem ser levados a continuar a discutir e refletir criticamente acerca da dimensão argumentativa da linguagem, dessa vez focalizando o estudo do gênero artigo de opinião, o qual será também o gênero a ser produzido na atividade final. Para tanto, haverá atividades direcionadas para o estudo de textos opinativos e argumentativos, tanto orais como escritos, propondo, ainda, uma diferenciação entre fatos e opiniões.

Unidade 4. Colocando a mão na massa p. 13

A quarta e última unidade é reservada apenas para a proposta de produção final: um artigo de opinião sobre violência política, no qual os alunos terão de articular os conhecimentos construídos a partir desse protótipo para expor e argumentar acerca do seu ponto de vista.

Anexos p. 20

Nesta seção colocamos os textos utilizados nas atividades copiados na íntegra para caso sejam retirados do ar.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?



Abaixo encontra-se uma propaganda que circulava na década de 1950 de uma marca de roupas masculinas. Observe os elementos que a constituem e discuta:

FIGURA 1 - Propaganda de 1950



"Mostre a ela
que o mundo é dos homens"

1. Como a imagem feminina é construída nessas peças publicitárias? E a imagem masculina?
2. Qual a implicação social disso?
3. Quais são as funções atribuídas às mulheres? E aos homens?
4. Propagandas como essa refletem valores de um determinado contexto social, histórico e cultural. Esses valores ainda reverberam na nossa sociedade? Como?

"O mundo é dos homens"

Disponível em: <https://www.entrepreneur.com/growing-a-business/this-amazing-project-roasts-crazy-sexist-vintage-ads/307684>

Respostas possíveis:

1. A mulher aparece de joelhos, sorridente e servindo ao homem que está deitado e confortável, remetendo à subserviência e a delegação da função de cuidado à mulher. O homem, por outro lado, aparece sentado em uma cama, coberto e em uma pose que demonstra conforto e superioridade, tendo em vista que ele nem mesmo dirige o olhar para a mulher que lhe serve.
2. Essa peça publicitária reforça o estereótipo de que a mulher tem que servir ao homem.
3. À figura feminina, fica atribuída a função de cuidado da casa e do marido (observando que ela está de roupão, o que indica que é uma figura que fica restrita ao ambiente doméstico). Ao homem, fica atribuída a função de realizar o trabalho externo à casa para prover dinheiro, alimento, segurança etc (observando que ele está com roupa social, o que pode denotar que chegou ou que está indo ao trabalho).
4. Sim. Os valores de uma sociedade patriarcal ainda reverberam e podemos percebê-lo, por exemplo, nas diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo ou nos altos índices de violência doméstica contra a mulher.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?

Em 2019, um artista libanês chamado Eli Rezkallah recriou essas propagandas sexistas, construindo uma série de imagens chamada "Em um Universo Paralelo" (em inglês, "In a Parallel Universe"). Observe como o artista redesenhou a imagem acima e discuta:

Você pode encontrar mais do trabalho desse artista no seu site: <http://www.elirezkallah.com/photography>, e as demais publicidades da série criada por ele pode ser encontrada no blog: <https://www.hypeness.com.br/2021/05/propagandas-machistas-antigas-tem-papeis-de-genero-invertido-em-serie-sarcastica/>

FIGURA 2 - Releitura da propaganda



"Mostre a ele
que o mundo é das mulheres"

1. O que mudou dessa versão para a versão anterior?
2. Como a imagem feminina é construída nessas peças publicitárias? E a imagem masculina?
3. Quais são as funções atribuídas às mulheres? E aos homens?
4. Por que essa inversão de papéis pode causar estranheza?

"O mundo é das mulheres"

Disponível em: <https://www.entrepreneur.com/growing-a-business/this-amazing-project-roasts-crazy-sexist-vintage-ads/307684>

Q CONECTANDO SABERES

Além dessa propaganda, Eli Rezkallah recriou diversas peças publicitárias que apresentavam um discurso sexista invertendo os papéis de gênero. Para ver suas outras artes, [clique neste link](#) para ser redirecionado ao site 😊

02

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?

Respostas possíveis:

1. Os papéis se inverteram.
2. Nessa versão, a mulher ocupa a posição de dominância, enquanto o homem ocupa a posição de servidão e subserviência. É possível perceber essa inversão a partir da observação dos mesmos aspectos na propaganda anterior, isto é, as roupas, posicionamentos etc.
3. Aos homens estão relegadas as funções de cuidado e dos trabalhos domiciliares; às mulheres fica atribuída a função do trabalho remunerado, externo à vida privada.
4. Porque, habitualmente, os homens não ficam restritos ao ambiente doméstico ou responsáveis por servir e cuidar das suas esposas.

Essas respostas podem ser colocadas em um painel do [Jamboard](#) para possibilitar a comparação entre o que foi percebido na atividade anterior e o que foi percebido nessa.



Assista ao web clipe da música "Desconstruindo Amélia" da cantora Pitty clicando no link abaixo e, após discutir suas impressões com seus colegas, responda ao que se pede.



Essa música dialoga com uma outra canção chamada "Ai que saudade de Amélia", de Ataulfo Alves e Mário Lago. Essa canção porém, apresenta uma Amélia muito diferente daquela cantada por Pitty. Ficou curioso? Escaneie o código QR acima e escute!

Essa música dialoga com outra canção tradicionalmente conhecida da MPB "Ai que saudade de Amélia". Uma possível expansão dessa atividade seria a realização de um trabalho a partir da intertextualidade entre essas duas canções, abordando como essas "Amélias" são diferentes e como são similares e, ainda, como cada "Amélia" é cantada em momentos socio-históricos distintos e por vozes distintas, refletindo como esses fatores influenciam na diferença do tratamento do feminino nessas canções.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: donas de casa?



1. Qual a temática central de que a música trata?
2. A música se refere, desde o título, a uma personagem: Amélia. Quem é essa mulher? Como ela é caracterizada?
3. A partir do verso “E eis que de repente ela resolve, então, mudar”, Amélia passa a ser diferente. O que muda nessa personagem? Quais as possíveis motivações para essa mudança?
4. Nos últimos dois versos do refrão, Pitty canta: “Já não quer ser o outro/Hoje ela é o também”. O que significa ser “o outro”, nesse contexto? E o que significa ser “o também”?
5. No decorrer da música, percebe-se que as atividades desempenhadas por Amélia são sempre restritas ao campo privado (cuidar dos filhos, arrumar a casa, etc). Na sociedade atual, as atividades desempenhadas pelas mulheres também se restringem a esses espaços? Por quê?

Respostas possíveis:

1. A música fala de uma mulher (Amélia) que era responsável por cuidar dos outros e, em consequência disso, acaba negligenciando a si, até que percebe isso e começa a mudar.
2. Amélia é uma mulher submissa, recolhida ao espaço privado (como fica explicitado nas atividades realizadas por ela que são descritas na primeira estrofe da música), responsável por cuidar dos filhos, da casa etc.
3. Quais as possíveis motivações para essa mudança? Ela passa a cuidar de si mesma, a fazer coisas por ela e a não aceitar a posição de serva ou de objeto. As motivações para essa mudança podem estar relacionadas ao cansaço e ao esgotamento ou a outros fatores, como a instrução ou a perspectiva de perceber outras possibilidades para sua vida.
4. Ser “o outro” seria ser a pessoa relegada a um segundo plano, uma posição de menor importância e menor autonomia sobre a própria vida. Ser “o também”, seria o exato oposto: seria estar em pé de igualdade com as demais pessoas com que convive, o que implica dizer que ela não seria mais serva ou subserviente, mas alguém de igual valor e importância.
5. De certo modo, sim. Isso acontece porque, apesar das inegáveis conquistas advindas da luta por igualdade de direitos, ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, na qual é comum que as responsabilidades sobre o cuidado da casa, dos filhos e do marido sejam atribuídas exclusivamente às mulheres.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos

Aqui no Brasil, as mulheres começaram a ter direitos políticos a partir do ano de 1932, quando conquistaram o direito de votar e de serem votadas. Essa conquista só pôde acontecer com a luta de muitas mulheres espalhadas pelo país que, dentro das suas possibilidades, mobilizaram os recursos que tinham em prol dessa causa. Você conhece alguma dessas mulheres? Que tal conhecê-las?



Acesse esse código QR para ser direcionado para o site TSE Mulheres, no qual você poderá acessar informações e dados sobre a participação feminina na política brasileira.

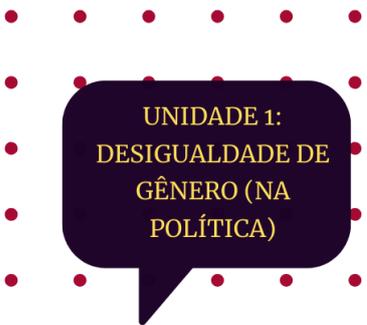


Fonte: A autora

Pesquisando na net

Em grupos de 3 ou 4 alunos, pesquise se na sua cidade/estado/região do Brasil há mulheres que lutaram/lutam pelos direitos políticos femininos e procure o nome dessas mulheres, suas histórias, quais atividades desempenham e como impactaram o cenário dessa luta. Com os resultados da sua pesquisa em mãos, junte-se aos colegas e construam coletivamente um painel no Padlet com as informações sobre essas importantes figuras femininas locais. Compartilhe esse painel no site da escola e/ou crie um código QR e cole em locais estratégicos na sua escola para que mais pessoas possam conhecer essas mulheres!





UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

O lugar da mulher na história: de casa aos espaços públicos

Para realizar essa atividade, será necessário que você, professor, crie um padlet para que seus estudantes possam colocar as informações de suas pesquisas todas em um lugar só, de modo a formar um painel. Para isso, você deverá entrar no site <https://pt-br.padlet.com/> e criar uma conta, clicando em “inscrever-se”. Após criar sua conta, você deverá clicar em “criar um padlet” e, em seguida, selecionar o modo “mural”, editando as informações como título, descrição, imagem de fundo etc. Recomendamos, ainda, que você ative os comentários para que os visualizadores possam deixar comentários nas postagens. Para isso, vá nas configurações do painel criado, na seção “Publicando” e acione o botão “Comentários”.

Além disso, para garantir que as configurações de privacidade estão adequadas e que apenas os alunos poderão publicar, enquanto os demais visitantes poderão somente ler, você precisará: 1) Clicar no botão “Compartilhar” no canto direito da tela, simbolizado por uma seta; 2) Selecionar “Alterar privacidade”; 3) Colocar “Pode ler” na caixa de seleção para o tipo de permissão dos visitantes.

Por fim, coloque os estudantes como membros do painel, para que eles possam adicionar as publicações, clicando novamente em “Compartilhar” e, em seguida, “Adicionar Membros”. Na caixa de pesquisa, você deverá escrever o e-mail dos alunos, os quais já deverão ter criado a conta no padlet. Agora, basta que um aluno representante de cada equipe clique no “+” e adicione a publicação referente a sua pesquisa no mural coletivo.

Com o mural já construído, você poderá compartilhar no site da escola ou criar o código QR usando o link que vai ser copiado também na área “Compartilhar”, no botão “Copiar link para área de transferência”. Caso você deseje o código QR, basta clicar na opção “Obter código QR” e selecionar o código gerado clicando nele com o botão direito do mouse e selecionando “Salvar imagem”.

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Entendendo a temática: Mulheres nos espaços de poder e a violência política

Como vimos, com o passar do tempo e através da luta de muitas mulheres ao redor do mundo, os papéis de gênero têm se alargado, ainda que de maneira desigual se considerarmos o recorte geográfico, racial, sexual e econômico das mulheres envolvidas. Dessa forma, em muitos países, já é uma realidade, em maior ou menor grau, a participação feminina na política.

A história dessa participação é marcada por muita luta para o reconhecimento de sua cidadania e para a conquista de seus direitos cívicos. Esses direitos vão além do voto, apenas, e perpassam, sobretudo, a presença efetiva das mulheres em instâncias de poder, atuando como senadoras, deputadas, ministras, prefeitas, presidentas etc. Nesse sentido, nas últimas décadas, houve a criação de diversas leis de incentivo e garantia de uma representação política mais equitativa e igualitária, com o objetivo de garantir o fortalecimento da cidadania e o aumento da possibilidade de que os interesses de todas(os) as(os) cidadãs(os) fossem refletidos nas políticas públicas.

Apesar dessas medidas fortalecerem o sistema democrático e, por isso, serem, em teoria, do interesse de toda a sociedade, há resistência e reação por parte de alguns grupos sociais à integração política feminina. Esse movimento se materializa por meio de **violências e abusos físicos, psicológicos, simbólicos ou econômicos contra mulheres** envolvidas no campo público de todos os setores políticos com a intenção de coagi-las, silenciá-las ou retirá-las desses espaços de poder e liderança. A esse fenômeno que acontece no mundo todo, dá-se o nome de **violência política de gênero**.

Sabemos que o âmbito da política pode ser um espaço hostil para as pessoas envolvidas, sejam homens ou mulheres, no entanto, é importante compreender que as experiências de violência para ambos os sexos são, ao mesmo tempo, similares e distintas.



Imagem retirada de banco de imagem online

Se parecem, porque, de uma maneira geral, as violências que acontecem nesse campo, são voltadas a atingir a integridade (física e/ou moral) e a credibilidade de atores políticos; e diferem pois, no caso das mulheres, elas acabam sendo vítimas não só por divergências de interesses e posicionamentos políticos, mas também pelo desconforto que a presença feminina em espaços de poder causa dentro de uma **lógica patriarcal**.

Nesse sentido, a violência política baseada em gênero é um conceito mais amplo que a violência política ou eleitoral, apenas, tendo em vista que, no primeiro caso, as candidatas e ativistas são, com frequência, vítimas de violência política **por serem mulheres**.



Accesse esse código QR para saber mais sobre o tema assistindo ao vídeo "Violência Política de Gênero" da série "Eleitas" do canal do Youtube da Quebrando Tabu.



UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

Em 2010, mais de 70 anos após a conquista dos direitos políticos plenos - isto é, dos direitos de votar e de se candidatar a cargos públicos - a primeira mulher chegou à presidência do Brasil. Dilma Rousseff foi, ainda, reeleita em 2014, com 51,64% das urnas no segundo turno. Durante seus mandatos, Dilma foi vítima de ataques misóginos e de violência política de gênero de diversas formas diferentes, culminando, inclusive, na sua destituição, realizada, como foi provado posteriormente, sem fundamento legal.

Observe e faça a leitura das duas capas de revista a seguir, a primeira é de 2016, veiculada durante o segundo mandato da ex-presidenta Dilma, e a segunda, de 2019, veiculada durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro:



Disponível em:
https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/



Disponível em: <https://istoe.com.br/edicao/2601/>

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

1. O que a feição dos presidentes em cada capa comunica? A escolha das fotos foi intencional?
2. Como a ex-presidenta Dilma é representada na capa a partir dos elementos imagéticos e textuais? E o ex-presidente Bolsonaro?
3. Qual texto chama mais atenção em cada capa? Qual o impacto que eles trazem ao leitor?
4. Quais são os estereótipos sobre o feminino que são fortalecidos pela primeira capa? Quais elementos os fortalecem?
5. O que representa a figura do leão como um animal selvagem? Qual o efeito de sentido a edição dessa imagem com o rosto do ex-presidente causa?
6. O descontrole dos dois ex-presidentes é retratado da mesma forma? Cite elementos linguísticos e visuais que corroboram sua resposta.
7. As duas capas se referem a casos em que a pessoa que estava na presidência apresentou um comportamento descabido em determinada situação. Apesar dos fatos serem parecidos, eles são comunicados de maneira semelhante?
8. Considerando o que temos discutido, você acha que esse é um exemplo de violência política de gênero? Por quê?



CONECTANDO SABERES



Cada uma dessas capas tem uma matéria específica no jornal a qual ela remete. Assim, para entender mais profundamente o que aconteceu em cada situação e como o jornal noticiou, recomendamos que você leia essa matéria que deu origem às capas. [Acesse a matéria da primeira capa aqui](#) e a [segunda aqui](#).

UNIDADE 1:
DESIGUALDADE DE
GÊNERO (NA
POLÍTICA)

Aprofundando a temática: um exemplo brasileiro

Um exemplo brasileiro...

Respostas possíveis:

1. Enquanto Jair Bolsonaro aparece com uma feição séria e contida, Dilma aparece com uma expressão de descontrole, como alguém que está gritando.
2. Ela é representada como alguém emocionalmente descontrolada, que tem “explosões nervosas”, “surto de descontrole” e, por fim, alguém que perdeu “as condições emocionais de governar um país”. Jair Bolsonaro, por sua vez, é representado de forma mais séria e contida, comparado a um leão.
3. Na primeira capa, o texto que mais chama atenção é a manchete que põe em relevo as “explosões nervosas da presidente”; enquanto, na segunda capa, chama atenção o texto “um Leão fora de controle”, que remete à fonte tipográfica utilizada nos filmes da Disney, numa menção (in)direta ao filme “Rei Leão”. O efeito é, na primeira capa, de desvalorização da capacidade de governar da ex-presidenta e na outra, o exato oposto.
4. Estereótipos femininos de fraqueza, incapacidade de raciocínio em função da forte e descontrolada resposta emotiva etc. Os elementos que fortalecem são os próprios textos, tanto os das letras maiores, quanto os das letras menores, além da escolha da foto da ex-presidenta.
5. O leão é sempre considerado como um animal forte e corajoso, conhecido como o rei da floresta. Editar a imagem do ex-presidente em paralelo com a imagem do leão remonta essas características popularmente associadas a esse animal e as associa à figura do ex-presidente - há de se considerar, ainda, que ao referenciar o filme “Rei Leão” por meio das fontes escolhidas, uma outra possibilidade de leitura é observar que o leão colocado ao lado do rosto de Jair Bolsonaro é o Scar, o vilão do filme, o que também pode evocar suas características negativas de traição, por exemplo, mas somente em uma leitura mais atenta e detalhada.
6. Não, como pode ser observado pelas imagens escolhidas na capa, pelo título da matéria e pelas informações trazidas.
7. Não, na primeira capa há uma valoração negativa maior do que na segunda.
8. Sim, porque, a partir de uma notícia, procura-se desmerecer a imagem de uma mulher eleita a partir da evocação de características “negativas” do imaginário social acerca do feminino/da feminilidade.

Convencendo pela linguagem

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?



Agimos por meio da linguagem em todas as atividades e situações sociais em que estamos inseridos e uma das ações que mais realizamos é a ação sobre o outro, isto é, o convencimento. Um exemplo do uso da linguagem para o convencimento são as propagandas.



Vamos assistir um exemplo de publicidade para observar como isso acontece. Veja o reels abaixo clicando na imagem ou lendo o código QR.



1. Qual o objetivo desse vídeo? De quais recursos ele se utiliza para chegar nesse objetivo?
2. É mais provável que a escolha da influencer Bianca Andrade para protagonizar o vídeo tenha sido por acaso ou tenha seguido algum critério? Qual poderia ser uma justificativa plausível para essa decisão da marca de cosméticos?
3. Esse tipo de postagem em que um influenciador digital apresenta um produto no seu perfil pessoal em determinada rede é comumente conhecida como *publipost*. Em que esse tipo de publicidade se diferencia das peças publicitárias tradicionais?
4. Qual desses dois tipos de publicidade é mais efetiva entre a parcela da população mais conectada à internet? Por quê?

Respostas possíveis:

1. O objetivo desse vídeo é convencer aqueles que o assistem a comprar o produto divulgado. Ele se utiliza de recursos visuais agradáveis e que remetem a frescor, bom cheiro e maciez, a fim de exaltar essas qualidades também no produto.
2. É mais provável que tenha um critério. A escolha por Bianca Andrade deve ter acontecido em função do alcance que ela tem na rede social, além do fato de que ela é uma blogueira de maquiagem e produtos de beleza, além de ser dona de uma empresa nesse ramo, o que faz com que a opinião dela acerca desse tipo de produto passe mais credibilidade.
3. Os *publiposts* estão sempre atrelados a algum influenciador digital ou famoso que tem muito alcance nas redes sociais. Além disso, essas publicações normalmente acontecem no perfil dessa pessoa e não na página da empresa, de modo que fica mais natural e espontânea, simulando uma indicação.
4. Embora as duas sejam efetivas a sua maneira, em função do uso elevadíssimo das redes sociais e da grande fama e alcance dos influenciadores, o *publipost* vem sendo mais efetivo para alcançar determinada parcela da população altamente conectada às mídias digitais. **10**

Entendendo a argumentação: os tipos de argumentos

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?

A argumentação é o procedimento através do qual nos utilizamos de argumentos para sustentar uma opinião, um ponto de vista, uma tese etc, na intenção de convencer o outro a quem nosso discurso se dirige da validade daquilo que estamos dizendo. Quando argumentamos, procuramos sempre fazer com que esse outro acate e tome como verdade aquilo que colocamos ou, ainda, que ele execute determinada ação (como vimos no exemplo da seção anterior, em que a intenção da argumentação era convencer alguém de comprar algo).

Há várias formas de realizar esse procedimento, mas quatro tipos muito comuns de argumentos são: **os argumentos de autoridade, por evidência, por exemplo e de causalidade**. Cada um desses argumentos, se bem estruturados e argumentados nos textos, podem garantir uma argumentação forte e convincente.

Para saber mais sobre argumentação e tipos de argumentos, recomendamos a leitura do livro "Argumentação", de José Luiz Fiorin, publicado pela editora Contexto.

1

ARGUMENTO DE AUTORIDADE

é aquele em que se evoca o discurso de terceiros, normalmente com conhecimento especializado sobre o assunto, autoridade e credibilidade socialmente reconhecida, para validar um ponto de vista.



2

ARGUMENTO POR EVIDÊNCIA

é relacionado à lógica quantitativa e se constrói a partir de referências a dados estatísticos divulgados por institutos reconhecidos e com credibilidade na intenção de tornar a ideia defendida irrefutável.



3

ARGUMENTO POR EXEMPLO

é aquele em que se traz casos particulares, isto é, um relato concreto, normalmente do âmbito social, com objetivo de reforçar ou validar a ideia que está sendo defendida



4

ARGUMENTO DE CAUSALIDADE

é aquele em que se defende um ponto de vista a partir do levantamento das possíveis causas de determinado problema.



11

Os argumentos funcionando no texto

UNIDADE 2: PARA QUÊ E COMO ARGUMENTAR?



Já vimos um exemplo do uso da argumentação para motivar alguém a uma ação, vejamos agora o uso dos tipos de argumento acima listados para convencer alguém sobre determinado ponto de vista.

Leia o texto abaixo clicando no link ou realizando a leitura do QRCode



1. Qual o ponto de vista defendido pela autora? Ela consegue defendê-lo adequadamente? Por quê?
2. Qual(is) a(s) vantagem(s) do reconhecimento por lei da violência política de gênero?
3. De que forma a dominação masculina está relacionada à violência política de gênero?
4. Por que é mais difícil para mulheres se candidatarem?
5. Indique um exemplo de argumento de cada tipo estudado (por exemplo, por evidência, de causalidade e de autoridade).

Respostas possíveis:

1. A autora defende que há uma baixa representação feminina na política, sobretudo em função da violência política de gênero. Sim, pois ela articula fatos, opiniões e exemplos para sustentá-lo de forma precisa.
2. Ao ser reconhecido por lei, esse tipo de violência passa a ser categorizada, nomeada e, por isso, mais fácil de ser identificada no dia a dia. Além disso, o fato de ser reconhecida por lei dá mais credibilidade às vítimas quando estas recorrem aos meios cabíveis de denúncia.
3. A presença das mulheres em espaço de poder pode ser interpretada como uma ameaça à dominação masculina e, assim, a violência física, psicológica, moral, sexual, econômica etc, contra as mulheres que ocupam ou desejam ocupar esses espaços acontece no sentido de silenciá-las, desmotivá-las, tolhê-las, gerando um ambiente de insegurança para sua atuação, o que pode levá-las a desistir da vida pública política.
4. Primeiro porque tendem a ser espaços pouco receptivos e, em alguma medida, hostis para essas mulheres, além de muitas vezes elas não conseguirem espaço nos próprios partidos. Há que se considerar, ainda, que usualmente fica a cargo das mulheres muitas demandas de casa, dos filhos e outras questões para além do trabalho em si, o que gera sobrecarga, jornadas triplas etc.
5. Argumento por exemplo: parágrafo três do texto; Argumento por evidência: parágrafo cinco; Argumento de causalidade: último parágrafo; Argumento de autoridade: segundo parágrafo.

UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

Opinião X fato: é tudo a mesma coisa?

Um exemplo brasileiro...

O título de primeira-dama de um país vem sempre carregado de estigmas e expectativas e, naturalmente, atrai a atenção nacional. Não é diferente com a esposa do presidente atual, Rosângela Lula da Silva, popularmente conhecida como Janja. Desde antes do início do mandato, a sua postura ativa e presente em relação à política sempre foi motivo de discussão, o que se estende até agora. Vamos ver um exemplo das discussões que giraram em torno dessa figura?



Acessando o link abaixo ou o código QR você será direcionado para o site do jornal online Exame, onde deverá ler a notícia com atenção, para, em seguida, observar o que se pede.



1. De que o texto trata? Qual o seu propósito?
2. Ao ler o texto, você identifica mais trechos opinativos ou informativos? Como você os identifica?
3. Há, nesse texto, alguma valoração positiva ou negativa quanto ao “protagonismo” de Janja nas atividades do governo? A partir de quais aspectos ou trechos do texto você percebe isso?
4. A notícia afirma que Janja promete “dar um novo significado para o papel de primeira-dama”. Qual significado esse papel teria? Como ele se constrói no imaginário coletivo?
5. A partir da leitura do texto, como Janja tem ressignificado esse papel?
6. Será que todas as pessoas concordam com a figura de uma primeira-dama mais ativa?

UNIDADE 3: Uma forma de expor meu ponto de vista: o artigo de opinião

Opinião X fato: é tudo a mesma coisa?

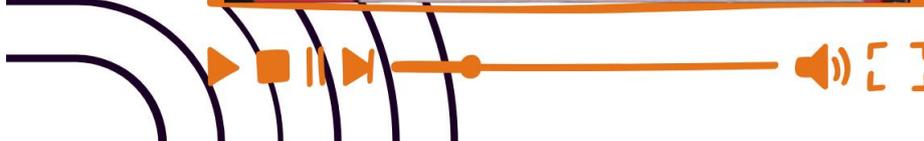
Um exemplo brasileiro...

Respostas possíveis:

1. O texto divulga a participação de Janja, esposa do presidente, na organização da festa de posse. Como o texto é uma notícia, o propósito é divulgar essa informação.
2. Informativos, tendo em vista que é uma notícia, há uma linguagem muito direta e descritiva, que apresenta os fatos acontecidos.
3. Embora haja um esforço, por parte da autora, de utilizar estratégias que buscam uma neutralidade, é possível perceber que há, mesmo que indiretamente, uma valoração positiva da figura da primeira-dama no destaque das suas características, como acontece nos trechos: “Janja está atenta a cada detalhe da cerimônia”, “Seu amor e cuidado com os animais...”
4. Embora o papel da primeira dama não seja muito bem definido, tende a haver uma expectativa para que ela fique em um segundo plano e não participe de maneira ativa de questões políticas. Além disso, é comum que se exija dessas mulheres a conformidade com os símbolos femininos de beleza, recato etc.
5. Ela age de maneira mais ativa e participativa no governo, estando presente em reuniões e tendo, em alguma medida, espaço para participar das discussões do governo.
6. Resposta pessoal.



A participação de Janja gerou discussões acerca do papel da primeira-dama e muito se falou sobre a adequação de uma participação tão ativa dessa figura. Veja abaixo um trecho do jornal GloboNews em que a comentarista Eliane Cantanhêde fala sobre o fato noticiado que acabamos de ler.



UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

Opinião X fato: é tudo a mesma coisa?



1. A jornalista afirma que “Há um incômodo com o excesso de espaço que a Janja vem ocupando”. Quem se incomoda com esse excesso de espaço? Ela explicita isso? Por quê?
2. Cantanhêde parece enxergar positivamente ou negativamente a participação da Janja? Por quê?
3. Por que a jornalista diz que Ruth Cardoso era um bom exemplo de primeira-dama?
4. Cantanhêde diferencia Ruth Cardoso de Janja Lula, embora as compare do ponto de vista da formação e da trajetória. Para Cantanhêde, o que diferenciaria uma da outra?
5. Ao falar das ex-primeiras-damas, Cantanhêde cita alguns exemplos. Como ela avalia cada primeira-dama?

Respostas possíveis:

1. Ela não cita quem se incomoda, escolhendo, inclusive, usar uma construção frasal em que o sujeito se classifica como inexistente. Ela não indica quem se incomoda porque isso faz com que ela se isente da responsabilidade sobre a opinião emitida, atribuindo-a a um sujeito “inexistente” e, com isso, suavizando a sua crítica.
2. Negativamente. Ela utiliza diversos argumentos e recursos para sinalizar que uma primeira-dama mais participativa não é um bom sinal para o futuro do governo.
3. Por que ela “tinha o brilho próprio”, era destaque na sua área e cuidava de alguns projetos, mas sem protagonismo no governo e sem participar das tomadas de decisão.
4. Enquanto Ruth Cardoso não tinha participação nas decisões, “se tinha era a quatro chaves, dentro do quarto do casal” e não tinha protagonismo, Janja participa mais ativamente do governo.
5. A partir do seu tom de voz e dos fatos que ela decide narrar, é possível perceber a quais primeiras-damas ela dá um destaque positivo e a quais ela dá um destaque negativo.

UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

Dois lados de uma mesma moeda



O comentário de Cantanhêde gerou uma polêmica, isto é, uma discussão, acerca da participação de Janja no governo e, em última análise, também sobre a participação política feminina. Observe os tweets selecionados e responda.



Imagem 1

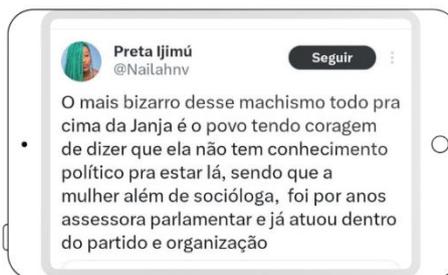


Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

Dois lados de uma mesma moeda

1. As publicações acima concordam ou discordam do ponto de vista de Cantanhêde? O que justifica sua resposta?
2. Quais são os argumentos utilizados por cada um dos autores dos tweets para sustentar seu ponto de vista?
3. O que eles refutam na fala de Cantanhêde?
4. Na publicação de @felipeneto (imagem 4) e @Nailahnv (imagem 2), como eles defendem que a Janja deve participar das atividades políticas? Qual o efeito de sentido que citar a formação dela traz?
5. Por que, na sua publicação, Dilma (imagem 1) afirma que a fala é preconceituosa?
6. A opinião veiculada em cada publicação foi sustentada adequadamente pelo(s) argumento(s) utilizado(s)?
7. Você concorda ou discorda dos pontos de vista apresentados? Imagine que você também vai expor sua opinião no Twitter e escreva um breve comentário argumentativo expondo sua opinião.

Respostas possíveis:

1. Discordam, tendo em vista que todos escrevem na defesa da participação ativa de Janja e repudiando a fala da jornalista.
2. Na postagem de Dilma, ela sinaliza que a fala de Cantanhêde é inadequada, colocando-a como uma fala preconceituosa, utilizando, inclusive, a voz de autoridade de Simone de Beauvoir; na postagem de Felipe Neto, ele procura exaltar a figura da Janja, trazendo os motivos pelos quais ela deveria ser respeitada, os quais seriam: o fato de que ela “trabalha dia e noite” e a sua formação acadêmica; da mesma forma, Nailah Neves também destaca a formação de Janja para lhe dar credibilidade; Gleise Hoffmann, por sua vez, destaca que a fala é causada pelo “machismo incrustado” e defende, através da defesa a Janja, o direito à participação política de todas as mulheres.
3. Todos refutam as colocações que dão a entender que Janja não deveria ter participação ativa no governo ou opinião pública acerca das questões políticas.
4. Ambos exaltam a figura da Janja destacando sua formação acadêmica de modo a trazer credibilidade para as contribuições dela, uma vez que ela seria mais do que apenas uma primeira-dama. Nesse contexto, citar sua formação acadêmica reforça a ideia de que o posicionamento de Janja se constitui também como uma voz de especialista.
5. Isso acontece sobretudo em função da colocação da mulher numa posição de silenciamento, o que é explicitado na afirmação de Cantanhêde de que, se havia emissão de opinião por parte de Ruth Cardoso, deveria se restringir às quatro paredes, transmitindo a ideia de que a opinião da mulher, quando existente, deve se manter restrita ao ambiente privado.
6. Resposta pessoal.
7. Resposta pessoal.

UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

O artigo de opinião



Quase sempre temos o que dizer acerca das coisas que acontecem ao nosso redor. Nesse sentido, quando precisamos nos comunicar de modo a nos posicionar, expondo e defendendo nosso ponto de vista para convencer o outro sobre a sua validade, nós podemos recorrer a uma construção textual específica: **o artigo de opinião**.

Observe um exemplar desse gênero, postado no site da revista Carta Capital, através do link na imagem abaixo ou do código QR.



1. A partir da leitura desse texto, qual a opinião da autora acerca do tema?
2. Por que a presença de mulheres na política gera incômodo?
3. Logo no início do texto, a autora afirma que o Brasil é uma “zona de guerra para mulheres”. De que ela se utiliza para sustentar essa afirmação? Qual o efeito de sentido que esse recurso causa?
4. Ao longo do texto, ela cita diversos exemplos de casos reais de violência política de gênero. A que esses exemplos se prestam? Eles fortalecem a defesa do ponto de vista dela? De que forma?
5. No final do texto, a autora afirma que a violência política de gênero afeta e dilacera a democracia como um todo. Por que ela afirma isso? Você concorda com essa afirmação?
6. Na página do site, após o texto, há a apresentação da autora. Quais informações são trazidas? Qual a função de apresentá-las?

UNIDADE 3: Uma
forma de expor meu
ponto de vista: o artigo
de opinião

O artigo de opinião

Respostas possíveis:

1. A autora defende que a presença e a potência da presença feminina na política gera incômodo.
2. Porque desafia a lógica patriarcal e, em alguma medida, divide o lugar de poder entre os gêneros.
3. Para defender esse ponto de vista, ela lança mão de dados para demonstrar e confirmar a sua afirmação, dando a ela mais veracidade e credibilidade.
4. Serve para ilustrar, fundamentar e pautar na realidade as questões que ela coloca e, dessa forma, eles fortalecem a defesa do seu ponto de vista.
5. Porque a violência política de gênero influencia negativamente na participação de uma maior diversidade de pessoas na política, o que afeta a tão necessária representatividade e diversidade de vozes na participação das tomadas de decisões - movimento essencial à democracia.
6. São colocadas informações relacionadas à formação e atuação profissional da autora do texto e esses dados são importantes para agregar valor ao que ela escreve, considerando que, por sua formação, ela seria uma pessoa capacitada para tratar do assunto.



Para além do estudo proposto na atividade anterior e proporcionado pela leitura analítico-crítica do artigo de opinião sugerido, recomendamos, ainda, que haja um momento de instrução aberta, isto é, de compreensão sistemática, analítica e consciente desse objeto de ensino a partir de um trabalho mais metalinguístico.

Qual a sua opinião?

Unidade 4. Colocando a mão na massa



Agora que refletimos bastante sobre a temática e estudamos uma das formas de expressar e defender o seu ponto de vista por meio do texto escrito, convidamos você a finalizar o trabalho com esse protótipo produzindo o seu próprio artigo de opinião, a partir da temática abordada.

Em duplas, vocês deverão **articular os conhecimentos de mundo e os conhecimentos linguísticos** na produção de um artigo de Opinião por meio do aplicativo do Google Docs.

Depois de produzidos, os artigos deverão ser **publicados em um site construído pela própria turma** e, posteriormente, divulgado nas redes da escola.

Para realizar essa atividade, você, professor(a), deve orientar os estudantes a acessarem os textos lidos e trabalhados nesse protótipo para auxiliá-los na produção de seus próprios textos. Por ser uma produção coletiva, é necessário que um aluno por dupla crie **um arquivo no Google Docs** e compartilhe o link com o colega, para que possam escrever de forma coletiva e simultânea. Além disso, é necessário que o(a) professor(a) tenha acesso a todos os links para, eventualmente, passar nos documentos e auxiliar no processo de construção. Para tanto, é interessante que essa atividade seja realizada (ou ao menos iniciada) no momento da aula.

Para que as produções tenham alguma circulação social e não sejam utilizadas apenas para fins avaliativos, sugerimos, seguindo o comando da atividade, que os próprios alunos, sob a orientação do(a) professor(a), criem um site para a publicação dos textos. Esse site pode ser criado a partir do **aplicativo Google Sites**, o qual possui recursos de fácil manipulação. Há, ainda, outras possibilidades igualmente válidas e interessantes de divulgação desses trabalhos, as quais seriam, dentre outras:

- publicar os textos em uma seção do site da escola;
- criar um perfil no Instagram e divulgar os textos nesse perfil: nesse caso, como o Instagram é uma rede social em que as postagens precisam, necessariamente, ter imagem, cada grupo poderia criar uma imagem de capa para a publicação do seu texto;
- publicar os textos em formato de e-book em PDF: para realizar essa possibilidade, após reunir todas as versões finais da produção, o(a) professor(a) deveria compilar e, junto aos alunos, definir uma capa e um design para o e-book. Posteriormente, o PDF pode ser colocado no drive e o link para o acesso pode ser disponibilizado no perfil da escola nas redes sociais ou no site da escola. Também é possível divulgar o link para esse e-book por meio de códigos QR espalhados na escola.

Sobre os critérios para a correção dessa atividade, recomendamos os seguintes:

- Ortografia, adequação vocabular e estrutura sintática (peso 1)
- Abordagem do tema solicitado (peso 1,5)
- Adequação ao gênero solicitado (peso 3)
- Argumentação coerente e clara (peso 3)
- Estrutura textual (coesão micro e macroestrutural) (peso 1,5)

Qual a sua opinião?

Unidade 4. Colocando a
mão na massa



Além disso, outra possibilidade de encaminhamento que pode enriquecer essa atividade seria, antes da correção do(a) professor(a), a depender do perfil da turma, propor que eles corrijam as redações de outros grupos, a partir de critérios claros e pré-estabelecidos. Em seguida, o(a) professor(a) faria as demais observações necessárias e os grupos teriam a possibilidade da reescrita, antes da correção final.



Anexos

01 "Janja", futura primeira-dama, assumiu a batuta da posse de Lula - "Dia 1º de janeiro vai começar com muita alegria e terminar com muita alegria. Por isso a gente está trabalhando, para que esse dia seja alegre e feliz para todos", disse Janja | 30.12.2022 - Exame

A futura primeira-dama, Rosângela da Silva, conhecida como "**Janja**", organizou nos mínimos detalhes a cerimônia de posse do marido, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para que Brasília viva, no próximo domingo, 1º, uma "grande festa popular".

"Dia 1º de janeiro vai começar com muita alegria e terminar com muita alegria. Por isso a gente está trabalhando, para que esse dia seja alegre e feliz para todos", disse Janja, durante uma coletiva de imprensa no começo de dezembro.

Durante a campanha, esta socióloga de 56 anos já tinha organizado eventos reunindo artistas em apoio a Lula, de 77.

E desde a vitória do marido sobre o presidente Jair Bolsonaro, em outubro, Janja tem sido um dos rostos mais visíveis da equipe de transição de Lula.

Ela tem estado presente em quase todas as aparições públicas do marido em Brasília e dado coletivas de imprensa sobre a posse. Um protagonismo pouco habitual para a esposa de um chefe de Estado brasileiro.

Na posse de Bolsonaro, há quatro anos, a primeira-dama, Michelle, adotou um perfil mais baixo, embora tenha impressionado com um discurso em libras (linguagem brasileira de sinais) para a multidão reunida em frente ao Palácio do Planalto.

Como coordenadora da posse, Janja começa a cumprir uma promessa: de dar um novo significado para o papel de primeira-dama.

"Vamos fazer uma grande festa popular, o Festival do Futuro, além dos atos institucionais", com cerca de 30 shows, anunciou.

A programação musical é deliberadamente eclética, com astros do pop, como Pablo Vittar; lendas do samba como Martinho da Vila; e a cantora indígena Kaê Guajajara.

Todos estes artistas que vão participar da posse têm uma coisa em comum: estão profundamente comprometidos com a esquerda e participaram da campanha de alguma forma, explicou Janja.

Os shows serão distribuídos em dois palcos, nomeados em homenagem a duas grandes cantoras brasileiras falecidas este ano: Elza Soares, morta em janeiro, e Gal Costa, em novembro.

Além de coordenar os trabalhos, Janja está atenta a cada detalhe da cerimônia. Por exemplo, conseguiu limitar o ruído que poderia incomodar pessoas com autismo e animais, como a tradicional salva de 21 tiros de canhão. Esta formalidade não ocorrerá em 1º de janeiro.

Seu amor e cuidado com os animais poderia trazer mais novidades: Resistência, uma cadelinha que Janja adotou enquanto Lula estava preso, e que atualmente vive com o casal, poderia acompanhar o presidente ao subir a rampa do Planalto, revelou a futura primeira-dama em uma entrevista em novembro.

Anexos

- 01** A hora em que Lula vai cumprimentar a multidão dali, após ser empossado no Congresso Nacional, também foi escolhida cuidadosamente.
- "A gente espera começar por volta das 17h, porque a gente quer contar com o belo pôr-do-sol de Brasília para termos lindas imagens", disse Janja.
- A futura primeira-dama multiplicou as publicações nas redes sociais sobre os shows, com pedidos para doações para este festival, que será financiado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e custará cerca de R\$ 8 milhões.
- Os custos dos atos institucionais, ao contrário, serão pagos pelo Estado.

Anexos

02 Violência de gênero na política: Precisamos refletir também sobre o porquê de mulheres não se candidatarem - Por Maria Rassy | 09.03.2022 - Estado de Minas

O Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem, além de comemorar as conquistas das mulheres ao longo dos últimos séculos, é um dia de manifesto sobre a desigualdade e violência de gênero que persiste em todo o mundo. E, em ano eleitoral, não podemos deixar de abordar a violência política de gênero, reconhecida recentemente no Brasil como crime eleitoral (Lei 14.192/21), com efeitos válidos para as eleições de 2022 e que pode resultar em penas de um a quatro anos de prisão.

A violência política de gênero inclui todas as ações violentas contra mulheres na disputa do poder político. Seja nos partidos, durante a campanha eleitoral, nos movimentos sociais, no exercício do mandato ou até mesmo após a entrega do cargo. Assim como a violência doméstica, ela se manifesta de várias formas: material, psicológica, física, sexual e moral.

Alguns exemplos dessa prática: uma vereadora teve seu microfone cortado ao defender a participação feminina na política; na CPI da COVID-19, uma senadora foi interrompida em sua fala; outra vereadora de SP foi perseguida por um homem dentro da Câmara; outras já foram assassinadas e são ostensivamente ameaçadas. Além disso, invariavelmente, mulheres que ocupam cargos políticos são insultadas nas redes sociais.

Em campanha ou eleitas, não importa o partido, mulheres sofrem com ameaças, xingamentos, questionamentos sobre a vida privada, aparência física e desmerecimento. Isso é crime. A Lei 14.192/21 cita que: estão proibidas a discriminação e a desigualdade em todas as instâncias de representação política e no exercício de funções públicas. Deverá ser punida, com pena de 1 a 4 anos de reclusão e multa, qualquer ação que impeça ou restrinja os direitos políticos das mulheres nos partidos e movimentos sociais, durante a campanha eleitoral ou ao longo do mandato. E, ainda, a lei estipula agravantes como a divulgação de notícias falsas, discriminação à condição de mulher por cor, raça ou etnia; calúnia, injúria e difamação em propaganda eleitoral. Neste ano, os partidos políticos devem incluir em seu estatuto regras de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

A violência é resultante da dominação masculina, da desigualdade de gênero e intimida a participação de mulheres na política. No ano em que celebramos 90 anos da conquista do voto feminino, representamos 52,5% do eleitorado do país. Porém, nós, mulheres, ainda somos sub-representação nos palanques. Estamos em ano eleitoral e, segundo levantamento, 14 das 27 unidades da Federação não têm uma mulher sequer cotada para a disputa ao governo do estado. Além disso, as mulheres ainda têm dificuldades para chegar à posição de dirigentes partidários (cerca de 90% são homens) e quando estão nos partidos o acesso aos recursos é restrito.

Não basta os partidos “caçarem” mulheres para o cumprimento de cotas. Precisamos refletir também sobre o porquê de mulheres não se candidatarem. Tripla jornada, violência, assédio e as barreiras sociais são enormes impedimentos. Desejo que todos reflitam sobre a importância da representatividade política de mulheres e como faremos essa transformação social tão necessária.

Anexos

03

Violência política contra as mulheres: O corpo da mulher na política, com sua potência de germinação de novos mundos, gera um incômodo. - Por Ana Paula Lemes de Souza | 16.08.2022 - Carta Capital

O Brasil é uma verdadeira zona de guerra para as mulheres. O país ocupa a quinta localidade do mundo com maior número de casos de violência de gênero, segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Tal violência se desdobra de inúmeras maneiras e uma delas é a violência contra mulheres na política.

A construção da pólis é um lugar historicamente patriarcal. A separação grega entre pólis e oikos informa que mulheres ficariam restritas ao regime da economia do lar, a oikonomia, enquanto aos homens era permitido exercer a política. As mulheres que ousaram ultrapassar essa linha divisória, enfrentando a tarefa da construção da pólis, ainda hoje, enfrentam muitas violências.

Quando elas, usando os seus corpos e as suas vozes, passaram a acessar os espaços de representação, notadamente quando construídos coletivamente e por lutas populares, o padrão hegemônico do poder político, branco, colonizador, coronel, caudilho, começa a ruir.

Um caso recente, que ganhou repercussão, foi a violência política contra as parlamentares mineiras Beatriz Cerqueira (PT), Andreia de Jesus (PT) e Duda Salabert (PDT), enviadas pelo e-mail institucional de um vereador do município Mário Campos, MG, mostrando outras nuances da violência de gênero.

Num linguajar vulgar e através de um texto mal redigido, a mensagem às parlamentares estava repleta de ofensas de cunho transfóbico à vereadora Duda Salabert e de cunho misógino às deputadas Beatriz Cerqueira e Andreia de Jesus. “Mulher precisa é de um 38 carregado e muito tapa na cara pra aprender a ter vergonha. Vão pilotar fogão suas bruacas” — dizia o recado.

As mulheres, ocupando um espaço de poder e incorporando em seus corpos narrativas disruptivas de lutas populares que os mandatos delas representam, incomodaram. E incomodaram tanto que despertaram o ódio misógino materializado no recado. Alguma linha divisória tinha sido ultrapassada. Ao saírem do fogão para “pilotarem” o futuro da nação tinham ido “longe demais”.

Esses, obviamente, esse não é um caso isolados. Os ataques englobam diferentes espectros políticos. A interdição da fala e a ridicularização do discurso são comuns no cotidiano parlamentar. Neste ano, a deputada federal Celina Leão (Progressistas-DF) foi intimidada durante a sessão por um colega que deu um tapa na mesa durante a leitura do relatório da PEC Kamikaze. Em seguida, ela perguntou: “Faria isso com um homem?”.

No estudo “Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados”, da doutora Tássia Rabelo de Pinho (UFPB), apurou-se que, em 20 anos, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados teve ouvidos moucos: nunca acolheu uma representação de deputadas mulheres vítimas de violência política de gênero dentro do Congresso.

Anexos

02

Recentemente, os ataques aumentaram o tom. A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e a ex-deputada estadual do Rio Grande do Sul, Manuela d'Ávila (PCB-RS), passaram por situações semelhantes a das parlamentares mineiras. Sâmia foi chamada de “vadia” e “parasita”, recebendo o recado: “Vamos te estuprar e te matar”. Manuela foi chamada de “quenga”, “vagabunda”, “vadia” e na sequência ameaçada: “Vou te estupra”.

O estupro, como os feminismos há muito ensinaram, não se liga a um ato de desejo, mas é fundamentalmente ato de poder. Não por acaso violências de gênero dessa estirpe são comuns na história política de Bolsonaro, como quando afirmou para a então colega parlamentar, a deputada federal Maria do Rosário: “Não te estupro porque você não merece.

O crime contra as parlamentares é fruto direto do ódio, do discurso misógino e violento e da política armada de Bolsonaro e apoiadores. A comunicação bolsonarista é construída para ser violenta, alimentando o ódio e favorecendo a agressão, funcionando como pólvora nesse caldeirão.

Em um país em que várias lideranças mulheres têm sido alvo de ameaças políticas, com nítido recorte de gênero, a escalada de violência política contra as mulheres é um tema de extrema relevância.

Conforme a pesquisa acima citada, apesar da histórica violência contra mulheres na política brasileira, medidas de combate têm avançado de forma vagarosa. Vale lembrar que somente recentemente, em agosto de 2021, foi prevista a punição para crimes de violência política de gênero contra candidatas e detentoras de mandato eletivo.

Nesse sentido, destaca-se o compromisso firmado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de enfrentar a violência política de gênero nas eleições de 2022, efetivando a recém aprovada lei n.º 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater esse tipo de violência.

As peças de comunicação foram estreladas pela atriz e embaixadora da ONU Mulheres, Camila Pitanga, e um canal de denúncias foi criado, diretamente para o Ministério Público Eleitoral, visando a coibir a violência de gênero e reescrever a história.

Trata-se de uma medida importante para a fiscalização pela sociedade. Os ataques machistas atingem não somente as parlamentares, mas afetam e dilaceram a democracia como um todo. Por isso, a violência política não pode e não será tolerada.